



Manual de Desincompatibilização Eleições 2016

► Lei Complementar nº 64/90
Prazos de afastamentos



MANUAL DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO

José Alves Siqueira Filho - Analista Judiciário - TRE/PI

Este **Manual de Desincompatibilização** destina-se tão somente a informar objetivamente as inelegibilidades estabelecidas na Constituição Federal do Brasil e na Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, bem como os prazos de sua cessação. Evidente, portanto, não se tratar de artigo jurídico, mas mera **peça informativa**.

Para melhor consumação dividimos o referido manual em 04 (quatro) fragmentos:

- 1 - Tabela de inelegibilidades constitucionais;
- 2 - Tabela de prazos de desincompatibilização;
- 3 - Tabela de Graus de Parentesco; e
- 4 - Lei Complementar nº 64/90 (compilada).

A desincompatibilização, em sentido amplo, é o afastamento de pretensão **candidato das causas que o vinculam às inelegibilidades estabelecidas na Lei Complementar nº 64/90**.

Resumidamente, cabe-nos esclarecer que as inelegibilidades classificam-se em:

- a) inelegibilidades absolutas; e
- b) inelegibilidades relativas.

Para Alexandre de Moraes a **inelegibilidade absoluta** “é excepcional e somente pode ser estabelecida, taxativamente, pela própria Constituição Federal”. No art. 14, § 4º, da CF/88, está expressamente declarado que são **inelegíveis** os **inalistáveis** e os **analfabetos**, assim, estes não poderão pleitear a nenhum cargo eletivo.

Ademais, estas inelegibilidades absolutas não têm prazo para desincompatibilização que lhe permita desvencilhar do impedimento a tempo de concorrer a determinado mandato eletivo. Elas só desaparecem quando as situações que as produziram forem definitivamente eliminadas.

As **inelegibilidades relativas** constituem restrições à elegibilidade para certos pleitos eleitorais e determinados mandatos, em razão de situações especiais existentes, no momento da eleição, em relação ao cidadão. Desta forma, essas inelegibilidades atingem somente a capacidade eleitoral passiva, pois não restringem o direito de votar.

TABELA I

Eleições 2016

Inelegibilidades Constitucionais

Situação	Dispositivo legal	Inelegibilidade
Analfabetos	- Art. 14, § 4º - CF/88: São inelegíveis os analfabetos .	Absoluta
Inalistáveis*	- Art. 14, § 4º - CF/88: São inelegíveis os inalistáveis .	Absoluta
Chefes do Poder Executivo - Terceiro Mandato Consecutivo	- Art. 14, § 5º - CF/88: O Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal, os Prefeitos e quem os houver sucedido, ou substituído no curso dos mandatos poderão ser reeleitos para um único período subsequente. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 16, de 1997)	Absoluta

* A Constituição Federal vincula a inelegibilidade absoluta - **inalistáveis** à **condição de elegibilidade** quando determina que o **alistamento eleitoral** é condição de elegibilidade, na forma da lei. Assim, aqueles que estejam na condição de inalistáveis serão absolutamente inelegíveis.

Assim, o art. 14, §3º, da referida CF/88, estabelece expressamente as **condições de elegibilidade**, nos termos da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o **alistamento eleitoral**;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de:

a) trinta e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;

b) trinta anos para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal;

c) vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz;

d) dezoito anos para Vereador.

Não poderão **alistar-se** como eleitores os **estrangeiros** e, durante o período do serviço militar obrigatório, os **conscritos**. (Art. 14, §2º - CF/88)

TABELA II

Prazos de Desincompatibilização – Eleições 2016

Cargo/Função	Dispositivo legal		Jurisprudência	Prazo	
	Prefeito	Vereador		Prefeito	Vereador
Advogado-Geral da União.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, item 5.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “a”, item 5.	—	4 meses	6 meses
Advogado - convênio OAB - Assistência Judiciária.	—	—	TSE - Decisão monocrática RESPE n.º 21836 (19.08.04): não se pode confundir com membros da Defensoria Pública, os advogados que prestam assistência jurídica gratuita, em função de convênio firmado entre a Procuradoria-Geral do Estado e a Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil; TSE - Acórdão n.º 18.189 (24.10.00);	—	—
Assessor - Câmara de Vereador/ Assembleia Legislativa.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “f”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “b”, c/c art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “f”.	TSE - Resolução n.º 19567 (23.05.96); TRE/SP Acórdão n.º 161916 (18.08.08); TRE/SC - Resoluções n.º 7188 (24.05.00) e 7148 (22.03.00); TRE/PR - Acórdão n.º 22180 (30.03.98); TRE/RS - Acórdão n.º 262004 (03.08.04); TRE/CE - Acórdão n.º 14134 (06.09.08);	3 meses	3 meses
Auditor-Fiscal. Vide: Cargos relativos à arrecadação e fiscalização de impostos, taxas e contribuições de melhoria.	LC 64/90: art. 1º, IV, “a”, c/c art. 1º, II, “d”.	LC 64/90: art. 1º, VII, “a”, c/c art. 1º, V, “a”, c/c art. 1º, II, “d”.	TSE - Decisão monocrática n.º 22286 (16.09.04); TRE/CE - Acórdão n.º 13638 (20.08.08); TRE/RN - Acórdão n.º 4467 (24.08.04); TSE - Decisão monocrática n.º 18977 (09.09.12) - desnecessidade de desincompatibilização - município diverso; TRE/SE Acórdão n.º 22684 (20.08.12) desnecessidade de desincompatibilização - município diverso. TSE - Decisão monocrática n.º 22286 (16.09.04);	4 meses	6 meses

Chefe do Executivo - Candidato a Cargo diverso.	Constituição Federal: art. 14, § 6º.	Constituição Federal: art. 14, § 6º.	TSE - Resolução n.º 22763/2008 TSE - Resolução n.º 22119/2005	6 meses	6 meses
Chefe do Executivo - Candidato à reeleição.	Constituição Federal: art. 14, §5º	—	TSE - Acórdão n.º 37442 (17.10.13) - Vice-prefeito substituição titular. TRE/SP - Acórdão n.º 161917 (18.08.08)	Não há	—
Chefe do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c./c II, "a", 6.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c, V, "a", c/c II, "a", 6.	—	4 meses	6 meses
Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c II, "a", 4.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c, V, "a", c/c II, "a", 4.	—	4 meses	6 meses
Chefe de Missão Diplomática.	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I" c/c IV, "a"	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I" c/c VII, "a"	TSE - Resolução n.º 22.096/2015 - cargo em comissão, de livre nomeação e exoneração, devendo aplicar-se o disposto no artigo 1, II, I da LC 64/90, sem direito à remuneração.	3 meses	3 meses
Chefe do Órgão de Assessoramento de Informações da Presidência da República.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c II, "a", 3.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c V, "a", c/c II, "a", 3.	—	4 meses	6 meses
Chefe do Órgão de Assessoramento Direto, Civil e Militar, da Presidência da República.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c II, "a", 2.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c V, "a", c/c II, "a", 2.	—	4 meses	6 meses
Chefe dos Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado ou do Distrito Federal.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c III, "b", 1.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c V, "b", c/c III, "b", 1.	TSE - Acórdão n.º 19987 (10.09.02)	4 meses	6 meses
Comandante do Distrito - Naval, Região Militar e Zona Aérea.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c III, "b", 2.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c V, "b", c/c III, "b", 2.	—	4 meses	6 meses
Comandante - Exército, Marinha e Aeronáutica.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c II, "a", 7.	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c V, "a", c/c II, "a", 7.	TRE/RS - Acórdão n.º 92869 (15.08.14)	4 meses	6 meses

Consultor-Geral da República.	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "a", 5 c.c IV, "a"	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "a", 5 c.c VII, "b" c.c IV, "a"	—	4 meses	6 meses
Coordenadores Regionais - Fundação Nacional de Saúde nos Estados.	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I" c.c. IV, "a"	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I" c.c. VII, "b" c.c. IV, "a"	TSE - Decisão monocrática n.º 32833 (06.10.08) e Resolução TSE n.º 20145/1998.	3 meses	3 meses
Defensor Público.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "b"	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "b" c.c. VII, "b"	TSE - Resolução n.º 22141/2006 TRE/MG - Acórdão n.º 30956 (22.08.12) TRE/GO - Acórdão n.º 12336 (20.08.12) TRE/PI - Acórdão n.º 25 (16.12.03)	4 meses	6 meses
Delegado de Polícia.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "c".	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c IV, "c"	TSE - Acórdão n.º 22774 (18.09.04), n.º 16479 (29.08.00), n.º 22753 (18.09.04) TSE - Acórdão n.º 16705 (19.09.00) - Suplente delegado. TRE/SE - Acórdão n.º 371 (04.08.08) TRE/SC - Resolução n.º 7185 (11.05.00)	4 meses	6 meses
Diretor-Geral - Departamento de Polícia Federal.	LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "a", 15.	LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, II, "a", 15.	—	4 meses	6 meses
Diretor e Vice-Diretor - Escola Pública.	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I" .	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I".	TSE - Acórdão n.º 23105 (23.09.04). TRE/SP - Acórdão n.º 13606 (04.09.12). TRE/PR - Acórdão n.º 43083 (13.08.12).	3 meses	3 meses
Diretor - Órgãos Estaduais ou Sociedades de Assistência aos Municípios	LC n.º 64/90: art. 1º, III, "b", 3, c/c art. 1º, IV, "a"	LC n.º 64/90: art. 1º, III, "b", 3, c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, VII, "a"	TSE - Decisão Monocrática no RO n.º 191931 (19.10.10), Acórdão n.º 1058 (20.09.06) e Decisão Monocrática no RESPE n.º 31025 (04.11.08) TRE/SP - Acórdão n.º 162176 (26.08.08)	4 meses	6 meses
Dirigentes - Conselho de Classe - CREA, CRECI, CRM, OAB, etc.).	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "g" c.c. IV, "a"	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "g" c.c. VII, "a" c.c. V, "a"	TSE - Resolução n.º 16551 (31.05.90) TSE - Acórdão n.º 30177 (16.12.08) TSE - Acórdão n.º 33986 (03.11.08) TRE/MG - Acórdão n.º 18442 (22.08.12)	4 meses	6 meses

<p>Dirigentes - Conselho Deliberativo de Fundo de Previdência Municipal.</p>	<p>LC n.º 64/90: art. 1º, II, "g" c.c. IV, "a"</p>	<p>LC n.º 64/90: art. 1º, II, "g" c.c. VII, "b" c.c. IV, "a"</p>	<p>TSE - Resolução n.º 20618 (11.05.00) TSE - Acórdão n.º 9758 (04.12.12) TRE/SP - Acórdão n.º 9758 (24.08.12) TRE/RS - Acórdão n.º 137 (12.08.08)</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>
<p>Dirigente - Entidade Civil Sem fins lucrativos.</p>	<p>—</p>	<p>—</p>	<p>Se não receber recursos públicos:</p> <p>TSE - Acórdão n.º 30539 (07.10.08) - para que a associação seja considerada mantida pelo poder público necessita que as verbas públicas correspondam, pelo menos, a mais da metade de suas receitas.</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 148536 (16.08.04) e n.º 136503 (28.08.00)</p> <p>TRE/SC - Resolução n.º 7174/2000 e Acórdão n.º 22519 (21.08.08).</p> <p>Se receber recursos públicos:</p> <p>TSE - Resolução n.º 22191/2006 - LC 64/90: art. 1º, II, "a", 9.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 21874 (31.08.04)</p> <p>TRE/SC - Acórdão n.º 22642 (01.09.08) - Dirigente de Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) - recursos públicos imprescindíveis a sua manutenção.</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 162454 (26.08.08).</p>	<p>—</p>	<p>—</p>
<p>Dirigente - Organização Não governamental (ONG).</p>	<p>—</p>	<p>—</p>	<p>Vide: Entidade Civil sem fins lucrativos (Dirigentes)</p>	<p>—</p>	<p>—</p>
<p>Empregado: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas e as mantidas pelo Poder Público.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, II, "I", c/c IV, "a"</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, II, "I", c/c IV, "a", c/c VII, "b"</p>	<p>TSE - Acórdão n.º 33372 (06.12.12) - servidor do INCRA (Autarquia);</p> <p>TSE - Acórdão n.º 32419 (12.11.08) - assessor de diretor de Sociedade de Economia Mista;</p> <p>TSE - Acórdão n.º 16595 (26.09.00) - funcionário do Banco do Brasil;</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 37639 (10.08.12) - funcionário dos Correios (Empresa Pública);</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 7872 (21.08.12) - funcionário da Superintendência de Portos e Hidrovias.</p>	<p>3 meses</p>	<p>3 meses</p>

Empregado Sindicato.	-		TSE - Acórdão n.º 23025 (19.09.04) - membro de conselho fiscal. TSE - Acórdão n.º 181 (02.09.98) - motorista TRE/MG - Acórdão n.º 906 (22.08.02)	—	—
Estagiário.			TSE - Acórdão n.º 32377 (12.11.08) - inexistência de vínculo com a administração pública. TRE/SC - Acórdão n.º 19530 (28.09.04) TRE/MS - Acórdão n.º 3986 (17.02.02)	—	—
Gerente - Sociedade de Economia Mista.	LC 64/90: art. 1º, IV, "a" c/c art. 1º, II, "I".	LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I".	TSE - Acórdão n.º 15459 (09.10.98) - Gerente Jurídico da Companhia Brasileira de Trens Urbanos. TSE - Acórdão n.º 15481 (17.09.98) - Gerente do Banco do Brasil (sociedade de economia mista). TRE/SC - Acórdão n.º 27116 (11.05.12) TRE/SC - Resolução n.º 7383 (05.05.04) TRE/SP - Acórdão n.º 27915 (21.08.08) - (4meses) - aplica a LC 64/90: art. 1º, IV, "a" c/c art. 1º, II, "a", 9 - Gerente Regional da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano - CDHU.	3 meses	3 meses
Interventor - Santa Casa.	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I", 9 c/c IV, "a"	LC n.º 64/90: art. 1º, II, "a", 9, c/c art. 1º, V, "a", c/c VII, "a"	TSE - Decisão monocrática n.º 32246 (30.10.08) TRE/SP - Acórdão n.º 163322 (05.09.08) TSE - Acórdão n.º 1283 (24.10.06) - subvenções do Poder Público imprescindíveis para a existência da fundação. TRE/SP - Acórdão n.º 148719 (23.08.04) - inviável o afastamento da função de representante da Municipalidade, na qualidade de interventora nomeada judicialmente.	4 meses	6 meses
Interventor Federal.	LC 64/90: art. 1º, IV, "a" c.c. art. 1º, II, "a", 11	LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "a", 11	—	—	—

Jornalista.	—	—	<p>TSE - Resolução n.º 20243/1998</p> <p>TRE/RN - Acórdão n.º 8340 (01.09.08)</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 148245 (01.10.04)</p> <p>TRE/SC - Resolução n.º 7298/2002</p>	—	—
Juiz de Paz.	—	—	<p>TSE - Resolução n.º 19508/1996</p> <p>TRE/ES - Acórdão n.º 462 (21.08.12)</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 166047 (18.12.08)</p>	—	—
Magistrado.	LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "a", 8.	LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, a, 8.	<p>TSE - Acórdão n.º 3364 (03.04.12)</p> <p>TSE - Resolução n.º 22156/2006</p>	4 meses	6 meses
Médico - Credenciado pelo SUS.	—	—	<p>Desnecessidade de Desincompatibilização:</p> <p>TSE - Acórdão n.º 86268 (15.05.14) e Acórdão n.º 6646 (19.06.08) - médico credenciado ao SUS no exercício particular da medicina.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 23670 (19.10.04) - o médico credenciado realiza atendimento médico eventual - atividade de caráter autônomo não sendo, portanto, servidor público.</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 351 (15.10.13)</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 86268 (30.07.13)</p>	—	—
			<p>Necessidade de Desincompatibilização:</p> <p>TSE - Decisão monocrática n.º 7797 (02.12.12): conquanto os médicos credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) não sejam servidores ou empregados públicos, a desincompatibilização deles - nos termos do art.1º, inciso II, alínea I, da Lei Complementar n.º 64/90 - é necessária quando, tal como ocorre no caso, há prestação de serviço diariamente e mediante escala de plantões.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 29936 (29.09.08)</p>	3 meses	3 meses

Médico - Dirigente de Entidade Privada (recebe, sem exclusividade, recursos públicos).	—	—	TSE - Decisão Monocrática n.º 16956/00 - Presidente de Fundação Hospitalar que não depende de subvenções do poder público - não caracterização de dependência da Fundação Hospitalar em relação às subvenções do poder público - não há necessidade de desincompatibilização.	—	—
			TSE - Decisão Monocrática n.º 31333 (02.10.08) - No que tange com a questão da desincompatibilização, verifica-se que o recorrido exercia função de direção na mencionada Fundação (regime de direito privado, conforme estatuto), a qual mantém contrato de prestação de serviços, sem características de adesivo, com o município de Mirassol, o que lhe impunha, para a aquisição de capacidade eleitoral passiva, o afastamento do prazo dentro do prazo de quatro meses. TRE/SP - Acórdão n.º 480-15 (06.09.12) - Médico diretor clínico e técnico de hospital com contrato de prestação de serviços com a Prefeitura Municipal. TRE/BA - Acórdão n.º 942/2005 .	4 meses	6 meses
Membros - Conselho Administrativo ou Fiscal de Sociedade de Economia Mista Municipal	LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".	LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".	TRE/RS - Acórdão n.º 487488 (05.08.10) TRE/SC - Acórdão n.º 22533 (25.08.08) TRE/PR - Acórdão n.º 24194 (29.08.00)	3 meses	3 meses
Membros - Conselho de Agências de Regulação.	LC n.º 64/90: art. 1º, (II, "a", 9 ou II, "b") c.c. IV, "a".	LC n.º 64/90: art. 1º, (II, "a", 9 ou II, "b") c.c. IV, "a" c.c. VII, "b".	TRE/RS - Acórdão n.º 62002 (30.05.02) - afastamento definitivo. TRE/RS - Acórdão 22004300 (25.05.00)	4 meses	6 meses

<p>Membros - Conselhos Municipais*.</p> <p>* Responsáveis pelo acompanhamento, Controle Social sobre Distribuição e Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais.</p>	<p>LC n.º 64/90: art.1º, II, "I" c.c. IV, "a"</p>	<p>LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I" c.c. VII, "b" c.c. IV, "a"</p>	<p>Acompanhamento, Controle Social sobre Distribuição e Aplicação dos Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais: TSE - Acórdão n.º 19260 (14.02.13)</p> <p>Alimentação: TRE/SP - Acórdão n.º 28376 (13.08.12)</p> <p>Assistência Social: TRE/RS - Acórdão n.º 9644 (23.08.12)</p> <p>Defesa Civil: TSE - Acórdão n.º 3377 (01.10.13)</p> <p>Educação: TRE/SP - Acórdão n.º 14347 (31.08.12)</p> <p>Saúde: TSE - Acórdão n.º 30155 (30.10.08); TRE/MT - Acórdão n.º 21789 (30.08.12); TRE/ES - Acórdão n.º 3662 (08.08.12)</p> <p>Segurança: TRE/SC - Acórdão n.º 22543 (25.08.08)</p>	<p>3 meses</p>	<p>3 meses</p>
<p>Membros - Conselho Tutelar</p> <p>*Ver também "Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente".</p>	<p>LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I" c.c. IV, "a"</p>	<p>LC n.º 64/90: art. 1º, II, "I" c.c. VII, "b" c.c. IV, "a"</p>	<p>TSE - Decisão monocrática n.º 18103 (07.12.12)</p> <p>TRE/MT - Acórdão n.º 21936 (04.09.12)</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 20818 (21.08.12)</p> <p>TRE/PR - Acórdão n.º 43442 (19.08.12)</p> <p>TRE/SC - Acórdão n.º 26796 (13.08.12)</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 2857 (15.05.12)</p>	<p>3 meses</p>	<p>3 meses</p>
<p>Membro - Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c 1º, II, "a", 14.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a", c/c 1º, II, "a", 14.</p>	<p>TSE - Resolução n.º 23180/2009 - se o afastamento de membro do Tribunal de Contas de sua função se der por ocasião do último dia do prazo de desincompatibilização, a filiação partidária deve ser contígua, a fim de que se observe o prazo de seis meses, quando a candidatura referir-se a mandato eletivo federal ou estadual.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 993 (21.09.06) - os magistrados, os membros dos Tribunais de Contas e os do Ministério Público, devem filiar-se a partido político e afastar-se definitivamente de suas funções até seis meses antes das eleições.</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>

<p>Militar.</p> <p>*Diante da diversidade de situações, analisar cada situação exposta ao lado das decisões citadas.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "c", c/c art. 142, V da CF/88.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "c", c/c 142, V, CF/88.</p>	<p>TSE - Acórdão n.º 30182 (29.09.08) - O militar elegível, que não ocupe função de comando, não se submete ao prazo de desincompatibilização previsto no artigo 1, II, I, da LC 64/90, devendo se afastar após o deferimento do seu registro de candidatura. No mesmo sentido as Decisões Monocráticas no RO n.º 393-44 (21.09.14) e RO n.º 701-80 (25.08.14).</p> <p>TSE - Decisão Monocrática n.º 22233 (02.09.04) - Comandante da Polícia Militar</p> <p>TSE - Resolução n.º 20598 (13.04.00) - afastamento de militar de suas atividades.</p> <p>TRE/SC - Acórdão n.º 27106 (25.08.12) - Prova de que o candidato requereu o seu afastamento do cargo de comando 6 meses anteriores ao pleito e foi transferido para município diverso da circunscrição das eleições - Inexistência de prova de que o policial tenha exercido cargo de comando na sua nova jurisdição após transferência - Desincompatibilização 3 (três) meses antes do pleito.</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 928-69 (15.08.14) - 3 meses</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 2976-02 (23.08.10) - 3 meses</p> <p>TRE/AL - Acórdão n.º 6878 (02.08.10): após o deferimento do registro.</p> <p>TRE/MG - Acórdão n.º 2585 (25.08.08) - 3 meses</p>	<p>*</p>	<p>*</p>
<p>Ministério Público.</p> <p>*Em regra, o afastamento deve ser definitivo. Àqueles que optaram pelo regime jurídico anterior à CF/88, não se exige o afastamento definitivo.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "b".</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "b".</p>	<p>TSE - Acórdão n.º 150889 (13.10.11); n.º 993 (21.09.06); e n.º 26768 (20.09.06).</p> <p>TSE - Resolução n.º 22.015/2005.</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>
<p>Ministro de Estado.</p>	<p>LC 64/1990: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "a", 1.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "a", 1.</p>	<p>—</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>

<p>Ocupante - Cargo em Comissão.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I".</p>	<p>TSE - Acórdão n.º 100018 (02.10.14) - necessidade de exoneração;</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 48189 (11.09.12) e Acórdão n.º 162723 (29.08.08);</p> <p>TRE/SC - Acórdão n.º 26425 (21.03.12);</p> <p>Exoneração x Afastamento de fato:</p> <p>TSE - Acórdão n.º 24285 (19.10.04): é exigida a exoneração do candidato de cargo comissionado, e não apenas seu afastamento de fato. No mesmo sentido o Acórdão do TRE/SC n.º 26425.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 100018 (02.10.14) - necessidade de exoneração;</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 48189 (11.09.12) e Acórdão n.º 162723 (29.08.08);</p> <p>TRE/SC - Acórdão n.º 26425 (21.03.12);</p>	<p>3 meses</p>	<p>3 meses</p>
<p>Ocupante de Cargos - relativos à arrecadação e fiscalização de impostos, taxas e contribuições de melhoria.</p> <p>Ver também Auditor-Fiscal.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "d".</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "d".</p>	<p>TSE - Decisão monocrática n.º 328 (17.12.08) - Técnico Fazendário de Administração e Finanças.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 959 (14.09.06) - Servidor público da Fazenda Estadual.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 22286 (23.09.04) - Técnico da Receita Federal;</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 162834 (01.09.08) - Diretor de Divisão, Administração e Finanças;</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 142070 (13.08.02) - Funcionário do Fisco - Fiscal do Instituto Nacional de Seguridade Nacional - INSS;</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 142779 (06.08.02) - Agente Fiscal de Renda - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 136942 (02.09.00) - Técnico de apoio à arrecadação tributária.</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>
<p>Ocupantes de Cargos: Cargos de direção, administração ou representação e Membros do Conselho de Administração (Concessionária).</p>	<p>LC n.º 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c 1º, II, "i".</p>	<p>LC n.º 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "i".</p>	<p>TSE - Resolução n.º 20116 (10.03.98); Decisão monocrática n.º 22755 (27.09.04); Acórdão n.º 556 (20.09.02).</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 8440 (24.08.12)</p> <p>TRE/CE - Resolução n.º 11138 (15.03.06)</p> <p>TRE/SC - Resolução n.º 7467 (03.04.06)</p> <p>Sócio Paritário - desnecessidade de afastamento - Acórdão TSE nº 251457 (06.10.11)</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>

<p>Ocupante de Cargo: Paraestatal - Cargo ou função de Administração ou Representação.</p> <p>(SESI, SESC, SENAC, SENAI e SEBRAE).</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "g".</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a" e VI e, ainda, c/c art. 1º, II, "g".</p>	<p>TSE - Resolução n.º 23232/2010 e Decisão Monocrática RO n.º 1239 (14.12.06).</p> <p>TRE/CE - Resolução n.º 11138/2006.</p> <p>TRE/MS - Acórdão n.º 4553 (10.02.04)</p> <p>TRE/MG - Acórdão n.º 272 (19.04.02)</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>
<p>Parentes - Chefe do Poder Executivo.</p> <p>*Diante da diversidade de situações, analisar cada situação exposta ao lado das decisões citadas.</p>	<p>Art. 14, §7º, da CF</p>	<p>Art. 14, § 7º da CF</p>	<p>TSE - Acórdão n.º 867-69 (18.06.15) - eventual inimizade política não constitui circunstância apta a afastar a inelegibilidade reflexa por parentesco.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 31-61 (13.12.12) - cônjuge e parente de vice-prefeito.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 174-35 (23.10.12) - os parentes dos chefes do Poder Executivo são elegíveis para o mesmo cargo, no período subsequente, desde que os titulares dos mandatos sejam reelegíveis e tenham renunciado ao cargo ou falecido até seis meses antes do pleito.</p> <p>TSE - Cta n.º 181106 (05.06.12) - cônjuge de prefeito que concorre para o mesmo cargo em município vizinho.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 5410103 (15.02.11) - relação socioafetiva de filho de criação de antecessor ex-prefeito.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 32719 (11.12.08) - A separação de fato entre o prefeito e sua mulher, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade da ex-cunhada.</p> <p>TSE - Resolução n.º 22847 (12.06.08) - Pode participar da chapa majoritária municipal cônjuge do prefeito candidato à reeleição, desde que se afaste da Chefia do Poder Executivo Municipal seis meses antes das eleições.</p> <p>TSE - Resolução n.º 22799 (15.05.08) - Não há impedimento para que um filho lance sua candidatura a prefeito municipal tendo como candidato a vice-prefeito seu pai, vice-prefeito em primeiro mandato.</p> <p>TSE - Consulta n.º 22777 (24.04.08) - Tendo em vista que, no caso, a cassação ocorreu no segundo mandato, antes do prazo de seis meses exigidos para a desincompatibilização, o prefeito reeleito, seu cônjuge e seus parentes poderão se candidatar ao cargo de vereador no pleito subsequente.</p> <p>TSE - Resolução n.º 22668/2007 - Filho de prefeito reeleito não poderá candidatar-se a vice-prefeito do</p>	<p>*</p>	<p>*</p>

			<p>mesmo município na eleição subsequente.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 23767 (05.10.04) - vereadora, candidata à reeleição, que é irmã do prefeito.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 24564 (01.10.04) - Os sujeitos de uma relação estável homossexual, à semelhança do que ocorre com os de relação estável, de concubinato e de casamento, submetem-se à regra de inelegibilidade.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 21883 (09.09.04) - Não afasta a inelegibilidade do art. 14, § 7º, CF, o fato de o parente do candidato haver substituído o titular por apenas um dia.</p> <p>TSE - Acórdão n.º 21750 (11.05.04) - Impossibilidade de os familiares de primeiro e segundo grau e de a esposa de prefeito reeleito que teve seu diploma cassado (...) poderem candidatar-se ao mesmo cargo no pleito de 2004. Hipótese vedada pelo art. 14, §5º, da Constituição Federal, por configurar o exercício de três mandatos seguidos por membros de uma mesma família no comando do poder público.</p> <p>TSE - Resolução n.º 20651 (06.06.00) - concunhado</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 213-54 (14.11.13) - candidata a prefeito que mantém relacionamento com ex-prefeito.</p> <p>TRE/MG - Acórdão n.º 1227-73 (05.12.11) - irmão</p>		
Policial Rodoviário.	LC 64/90: art. 1º, IV, "c".	LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c. art. 1º, IV, "c".	<p>TRE/MT - Acórdãos n.º 21525 (22.08.12) e n.º 21547 (22.08.12)</p> <p>TRE/MS - Acórdão n.º 7254 (21.08.12)</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 253 (20.08.08)</p> <p>TRE/MG - Acórdão n.º 2190 (13.08.08)</p>	3 meses	3 meses
Policial - Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros (Civil).	LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".	LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a" c/c art. 1º, II, "I".	<p>TSE - Acórdão n.º 17587 (04.06.13)</p> <p>TRE/SP no RCAND n.º 480178 (10.08.10)</p> <p>TRE/PR - Acórdão n.º 23872 (03.08.00) e n.º 16879 (28.04.92).</p>	3 meses	3 meses

<p>Presidente, Diretor e Superintendente: Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas e as mantidas pelo Poder Público.</p> <p>*Conceito de Fundações mantidas pelo poder público:</p> <p>TSE - Acórdão n.º 30539 (07.10.08): Para concluir que a associação seja mantida pelo Poder Público, é necessário que as verbas públicas correspondam, pelo menos, a mais da metade de suas receitas;</p> <p>TSE - Resolução n.º 20580/2000: Na hipótese de subvenções do poder público serem imprescindíveis para a existência da fundação ou para a realização de serviços que ela preste ao público em geral, <i>devera ser observado o prazo de seis meses do afastamento de suas atividades.</i></p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a" c/c art. 1º, II, "a", item 9.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a", c/c 1º, II, "a", item 9.</p>	<p>TSE - Decisão monocrática n.º 18180(14.12.12) - Fundação de Previdência dos Servidores Públicos Municipais;</p> <p>TSE - Decisão monocrática n.º 32419(03.11.08);</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 27676 (16.08.12) - Diretor do Serviço de Integração de Menores;</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 162147 (21.08.08) - Gerente Regional da CDHU;</p> <p>TRE/MS - Acórdão n.º 5908 (10.09.08) - Diretor Clínico de Hospital Municipal;</p> <p>TRE/PE - Acórdão n.º 7769 (01.09.08) - Presidente de instituição que mantém parcerias com o Poder Público.</p>	<p>4 meses</p>	<p>6 meses</p>
<p>Presidente - Assembleia Legislativa que não tenha substituído o Governador nos seis meses anteriores ao pleito.</p>	<p>CF, art. 14, §5º.</p>	<p>—</p>	<p>TSE - Resolução n.º 19537 (30.04.96).</p> <p>TSE - Acórdão n.º 12718 (24.09.92).</p> <p>TRE/MG - Acórdão n.º 748 (22.11.99). Não há necessidade de desincompatibilização.</p>	<p>—</p>	<p>—</p>
<p>Presidente e Membros - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescentes</p> <p>*ver "Conselho Tutelar"</p>	<p>—</p>	<p>—</p>	<p>TSE - Resolução n.º 19568/1996 e 19553/1996.</p> <p>TRE/PR - Acórdão n.º 45349 (22.11.12) e n.º 24207 (29.08.00).</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 135640 (14.08.00).</p>	<p>—</p>	<p>—</p>

<p>Presidente e Dirigente - Sindicato e Entidade Representativa de Classe.</p> <p>Obs: A regra da alínea g do inciso II do artigo 1º da Lei Complementar nº 64/1990 pressupõe seja a entidade de classe mantida, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo Poder Público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social. Não percebendo o Sindicato valor de tais origens, descabe exigir a desincompatibilização de dirigente, para concorrer a cargo eletivo.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, "g".</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VI, "b", c/c art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, "g".</p>	<p>TSE - Resolução n.º 23239/2010 e n.º 22168/2006.</p> <p>TSE - Decisão Monocrática no RESPE n.º 338660.</p> <p>TRE/SP - Acórdão no RE n.º 32679 (11.09.12) e no RCAND n.º 313712 (10.08.10).</p> <p>TRE/RS - Acórdãos n.º 8507 (23.08.12) e n.º 16545 (20.08.12)</p> <p>TRE/PR - Acórdão n.º 43427 (19.08.12).</p> <p>TRE/SC - Acórdão n.º 26798 (13.08.12).</p> <p>TSE - Acórdão n.º 2201-15 (23.11.10) - Dirigente do Sindijus.</p>	<p>4 meses</p>	<p>4 meses</p>
<p>Presidente de Partido Político.</p>			<p>TSE - Resolução n.º 21060/02</p> <p>TSE - Resolução n.º 20.220/98</p>	<p>—</p>	<p>—</p>
<p>Professor - Regime CLT.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a" c/c art. 1º, II, "I".</p>	<p>TSE - Acórdão n.º 18151 (19.10.00)</p> <p>TRE/PR - Acórdão n.º 16906 (07.04.92)</p> <p>TRE/MG - Acórdão n.º 1272 (25.08.00)</p> <p>TRE/SC - Acórdão n.º 16497 (30.08.00) - professor - Fundação de Direito Privado instituída pelo poder público - entidade que não é mantida com recursos públicos.</p>	<p>3 meses</p>	<p>3 meses</p>
<p>Professor - Escola Pública.</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".</p>	<p>LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a" c/c art. 1º, II, "I".</p>	<p>TSE - Acórdão n.º 11040 (25.10.12) e Acórdão n.º 1148 (26.09.06).</p> <p>TRE/CE - Acórdão n.º 7278 (06.08.12)</p>	<p>3 meses</p>	<p>3 meses</p>
<p>Profissional com atividades divulgadas na mídia.</p>	<p>—</p>	<p>—</p>	<p>TSE - Resolução n.º 20243 (24.06.98) - inexistência de obrigação legal de afastar-se.</p>	<p>—</p>	<p>—</p>
<p>Profissionais liberais que prestam serviços ao município sem vínculo empregatício.</p>	<p>—</p>	<p>—</p>	<p>TRE/BA - Acórdão n.º 300 (20.04.04).</p> <p>TRE/PR - Acórdão n.º 24010 (17.08.00) e Acórdão n.º 17061 (23.06.92).</p> <p>Sócio paritário - desnecessidade de afastamento - Acórdão TSE n.º 251457 (06.10.11).</p>	<p>—</p>	<p>—</p>

Proprietários de Emissoras Radiofônicas			TSE - Acórdão n.º 19508 (16.04.96) - desnecessidade de desincompatibilização	—	—
Radialista apresentadores de Programas e/ou participantes de costumeiros de programas de rádio ou televisão.	Lei n.º 9504/97, art. 45, VI *sanções relativas à propaganda	Lei n.º 9504/97, art. 45, VI *sanções relativas à propaganda	TRE/SP - Acórdão n.º 43314 (27.08.12) TRE/MT - Acórdão n.º 21693 (27.08.12). TRE/MS - Acórdão n.º 7222 (20.08.12). TRE/MG - Acórdão n.º 2171 (12.08.08).	*	*
Secretários de Administração Municipal ou Membros de Órgãos Congêneres.	LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, III, "b", 4.	LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, III, "b", 4.	TSE - Acórdão n.º 14082 (30.10.12) e n.º 10676 (04.10.12) - diretor de departamento - equivalência ao cargo de secretário municipal. TRE/SP - Acórdão n.º 13680 (28.08.12) TRE/SC - Acórdão n.º 26975 (21.08.12)	4 meses	6 meses
Secretário de Estado.	LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "a", 12.	LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "a", 12.	TSE - Resolução n.º 22.845/2008 TSE - Resolução n.º 22230/2006 - cargo equivalente - afastamento definitivo.	4 meses	6 meses
Secretário-Geral, Secretário-Executivo, Secretário Nacional, Secretário Federal dos Ministérios e as Pessoas que Ocupem Cargos Equivalentes.	LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "a", 16.	LC 64/90: art. 1º, VII, "b", c/c art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "a", 16.	TSE - Resolução n.º 22.230/2006 TSE - Resolução n.º 18.244/1992 TRE/SC - Resolução n.º 7.387/2004	4 meses	6 meses
Serventuários de Cartório Extrajudicial	Inaplicabilidade da LC n.º 64/90	Inaplicabilidade da LC n.º 64/90	TSE - Súmula n.º 5: Serventuário de cartório, celetista, não se inclui na exigência do art. 1º, II, I, da LC no 64/90. TSE - Acórdão n.º 13.608 (13.04.99) - (serventuário de Cartório - Celetista) TRE-PR - Acórdão n.º 34443 (06.09.08) - escrevente juramentado e Acórdão n.º 33454 (06.08.08); TRE/SC - Resolução n.º 7375 (26.04.04);	—	—

Titular - Cartório Extrajudicial	LC 64/90: art. 1º, IV, "a", c/c art. 1º, II, "I".	LC 64/90: art. 1º, VII, "a", c/c art. 1º, V, "a", c/c art. 1º, II, "I".	<p>TSE - Acórdão n.º 22060 (02.09.04) - Oficial substituto.</p> <p>TSE - Decisão monocrática n.º 32272(02.10.08); e Acórdão n.º 23.696 (11.10.04).</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 6881 (16.08.12)</p> <p>TRE/RS - Acórdão n.º 389881 (04.08.10) - Tabela, ainda que na atividade de auxiliar ou substituto.</p>	3 meses	3 meses
Titular de Cargo legislativo.	———	———	<p>TSE - Resolução n.º 22724/2008.</p> <p>TSE - Resolução n.º 19537/1996 - inexistência de restrição a plena elegibilidade dos titulares de cargos legislativos, sem necessidade de desincompatibilização, nos três níveis de poder (federal, estadual e municipal)</p> <p>TRE/SP - Acórdão n.º 155632 (14.08.06) e n.º 155725 (14.08.06) - vereador concorrendo ao cargo de deputado.</p> <p>TRE/PE - Acórdão n.º RE 20046 (23.08.12)</p> <p>TRE/ES - Acórdão n.º 310 (26.07.06).</p>	———	———
Vice-Governador ou Vice-Prefeito que não tenha substituído o titular nos seis meses anteriores ao pleito.	CF, art. 14, § 5º, c/c LC 64/90: art. 1º, § 2º.	CF, art. 14, § 5º c/c LC 64/90: art. 1º, § 2º.	<p>TSE - Decisão Monocrática no RESPE n.º 31668 (22.11.08) - a simples circunstância de competir ao Vice-Governador ou ao Vice-Prefeito outras atribuições, além daquela de substituir ou suceder ao Governador ou ao Prefeito, não conduz, necessariamente, a conclusão de que estejam submetidos a prazo de desincompatibilização para concorrerem a outro cargo publico.</p> <p>TSE - Resolução n.º 20889 (09.10.01)</p> <p>TRE/SP - Decisão Monocrática no RE n.º 27411 (18.08.08) - não é necessária a desincompatibilização do vice-prefeito para concorrer a reeleição ou a outro cargo, desde que, não tenha substituído ou sucedido o titular nos seis meses anteriores ao pleito.</p>	———	———

TABELA III

Grau de Parentesco – Eleições 2016



O fundamento legal das relações de parentesco e filiação encontra-se no Código Civil.

PARENTES EM LINHA RETA (Art. 1591 – Código Civil).

Pai e filho são parentes em linha reta em **primeiro grau**.

Avô e neto são parentes em **segundo grau**.

Bisavô e bisneto são parentes em **terceiro grau**.

Ascendente		BISAVÔ	3º GRAU
		AVÔ	2º GRAU
		PAI	1º GRAU
E U – CANDIDATO			
Descendente		FILHO	1º GRAU
		NETO	2º GRAU
		BISNETO	3º GRAU

PARENTES COLATERAIS OU TRANSVERSAIS (Art. 1.592 – Código Civil).

Irmãos são colaterais em **segundo grau**.

Tios e sobrinhos são colaterais em **terceiro grau**.

Primos são parentes em **quarto grau**.

Obs.: Não há parentesco colateral em primeiro grau.

LINHA COLATERAL FEMININA			LINHA RETA	LINHA COLATERAL MASCULINA		
			BISAVÔ = 3º Grau			
Tia-avó = 4º grau			AVÔ = 2º Grau			Tio-Avô = 4º grau
Filha da Tia-Avó = 5º grau	Tia = 3º grau		PAI (sogro) = 3º Grau		Tio = 3º grau	Filho do Tio-Avô = 5º grau
Neto da Tia-Avó = 6º grau	Prima = 4º grau	Irmã/Cunhado = 2º grau	EU = CANDIDATO	Irmão/Cunhada = 2º grau	Primo = 4º grau	Neto do Tio-Avô = 6º grau
Bisneto da Tia-Avó = 7º grau	Filho da Prima = 5º grau	Sobrinha = 3º grau	FILHO = 1º Grau	Sobrinho = 3º grau	Filho do Primo = 5º grau	Bisneto do Tio-Avô = 7º grau
Trineto da Tia-Avó = 8º grau	Neto da Prima = 6º grau	Neto da Irmã = 4º grau	NETO = 2º Grau	Neto do Irmão = 4º grau	Neto do Primo = 6º grau	Trineto do Tio-Avô = 8º grau
	Bisneto do Primo = 7º grau	Bisneto do Irmã = 5º grau	BISNETO = 3º Grau	Bisneto do Irmão = 5º grau	Bisneto do Primo = 7º grau	

LEI DE INELEGIBILIDADE

Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990

Estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidade, prazos de cessação e determina outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA. Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º São inelegíveis:

- Ac.-TSE nºs 12.371/1992 e 22.014/2004: a inelegibilidade atinge somente a capacidade eleitoral passiva; não restringe o direito de votar.

I - para qualquer cargo:

- Ac.-STF, de 16.2.2012, nas ADC nºs 29 e 30: constitucionalidade das hipóteses de inelegibilidade instituídas pelas alíneas *c, d, f, g, h, j, m, n, o, p e q* deste inciso, introduzidas pela LC nº 135/2010.

a) os inalistáveis e os analfabetos;

- Súm.-TSE nº 15/1996: "O exercício de cargo eletivo não é circunstância suficiente para, em recurso especial, determinar-se a reforma de decisão mediante a qual o candidato foi considerado analfabeto". Ac.-TSE nºs 318/2004, 21.707/2004 e 21.920/2004, dentre outros: nas hipóteses de dúvida fundada, a aferição da alfabetização se fará individualmente, sem constrangimentos; o exame ou teste não pode ser realizado em audiência pública por afrontar a dignidade humana. Ac.-TSE nº 24.343/2004: ilegitimidade do teste de alfabetização quando, apesar de não ser coletivo, traz constrangimento ao candidato.

b) os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa e das Câmaras Municipais que hajam perdido os respectivos mandatos por infringência do disposto nos incisos I e II do art. 55 da Constituição Federal, dos dispositivos equivalentes sobre perda de mandato das Constituições Estaduais e Leis Orgânicas dos Municípios e do Distrito Federal, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos oito anos subsequentes ao término da legislatura;

- Alínea *b* com redação dada pelo art. 1º da LC nº 81/1994.
- Ac.-TSE nº 20.349/2002: aplicabilidade do novo prazo também àqueles cujo mandato foi cassado anteriormente à vigência da LC nº 81/1994.

C) o Governador e o Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal e o Prefeito e o Vice-Prefeito que perderem seus cargos eletivos por infringência a dispositivo da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término do mandato para o qual tenham sido eleitos;

- Alínea c com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

d) os que tenham contra sua pessoa *representação julgada procedente pela Justiça Eleitoral*, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado, em processo de apuração de abuso do poder econômico ou político, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

- Alínea d com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 29.5.2014, na Cta nº 43344: o prazo de inelegibilidade desta alínea inicia-se na data da eleição do ano da condenação e expira no dia de igual número de início do oitavo ano subsequente.
- Ac.-TSE, de 30.9.2010, no RO nº 86514: não incidência da lei nova (LC nº 135/2010) sobre os efeitos produzidos pela lei anterior, principalmente quando exauridos ainda na vigência da norma antiga.
- Ac.-TSE, de 8.2.2011, no AgR-RO nº 371450: não incidência da inelegibilidade desta alínea quando proferida em sede de RCED ou AIME.
- Ac.-TSE, de 4.9.2012, no REspe nº 18984: incidência da norma prevista nesta alínea ainda que se trate de condenação transitada em julgado referente a eleição anterior à vigência da LC nº 135/2010.
- V. segunda nota à alínea j deste inciso e artigo, cujo entendimento é aplicável ao prazo de inelegibilidade de oito anos aqui previsto.
- Ac.-TSE, de 19.3.2013, no AgR-REspe nº 21204: a inelegibilidade prevista nesta alínea não incide sem a ocorrência de condenação pela prática de abuso do poder econômico ou político em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado.
- Ac.-TSE, de 2.10.2014, no RO nº 97150: a condenação por abuso ou uso indevido dos veículos ou meios de comunicação atrai a incidência da inelegibilidade prevista nesta alínea.

e) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena, pelos crimes:

- Ac.-TSE, de 4.12.2012, no REspe nº 9664: inelegibilidade que exige a condenação criminal colegiada ou transitada em julgado, sendo inadmissível sua incidência por mera presunção.
- Ac.-TSE, de 17.12.2012, no AgR-REspe nº 29969: incompetência da Justiça Eleitoral para analisar o acerto ou desacerto da decisão condenatória.
- Ac.-TSE, de 14.2.2013, no AgR-REspe nº 36440: a conversão da pena privativa de liberdade em pena restritiva de direitos não afasta a incidência da causa de inelegibilidade prevista nesta alínea.

- Ac.-TSE, de 2.10.2014, no RO 58743: o prazo desta alínea deve ser contado a partir da data em que ocorrida a prescrição da pretensão executória, e não do momento da sua declaração judicial.

1. contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;

- Ac.-TSE, de 4.10.2012, no REspe nº 12922: os crimes contra a administração e o patrimônio públicos abrangem os previstos na Lei de Licitações.
- Ac.-TSE, de 15.10.2013, no REspe nº 7679: inelegibilidade decorrente da prática de crime contra a administração pública consistente no desenvolvimento clandestino de atividades de telecomunicação.

2. contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;

3. contra o meio ambiente e a saúde pública;

4. eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

5. de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação à perda do cargo ou à inabilitação para o exercício de função pública;

6. de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;

7. de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;

8. de redução à condição análoga à de escravo;

9. contra a vida e a dignidade sexual; e

- Ac.-TSE, de 21.5.2013, no REspe nº 61103: incorre em inelegibilidade aquele que tenha sido condenado por crime doloso contra a vida, julgado pelo Tribunal do Júri.

10. praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;

- Alínea *e* com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- CF/88, art. 15, III: suspensão dos direitos políticos enquanto durarem os efeitos da condenação criminal transitada em julgado. Ac.-TSE nºs 16.742/2000 e 22.148/2004: o art. 15, III, da Constituição não torna inconstitucional este dispositivo, que tem apoio no art. 14, § 9º, da Constituição.
- Ac.-TSE, de 28.4.2011, no AgR-RO nº 160446: incompetência da Justiça Eleitoral para, no processo de registro de candidatura, decidir a prescrição da pretensão punitiva, seus efeitos no processo penal ante a pendência de recurso da acusação, bem como aferir o acerto ou desacerto da decisão da Justiça Comum Criminal que a declarou.
- Ac.-TSE, de 12.11.2008, no REspe nº 30.252: "Embora o delito de incêndio esteja inserido no Título VIII – Dos Crimes contra a Incolumidade Pública – do Código Penal, a circunstância de ter sido cometido no fórum da cidade, isto é, em edifício público, o inclui entre os crimes contra o patrimônio público a que faz referência o art. 1º, I, *e*, da Lei Complementar nº 64/1990".

- Ac.-TSE, de 3.4.2008, no REspe nº 28.390: ainda que reconhecida a prescrição da pretensão executória, incide a inelegibilidade prevista neste dispositivo, cujo termo inicial será a data em que declarada a extinção da punibilidade.

f) os que forem declarados indignos do oficialato, ou com ele incompatíveis, pelo prazo de 8 (oito) anos;

- Alínea *f* com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

g) os que tiverem suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável que configure ato doloso de improbidade administrativa, e por decisão irrecorrível do órgão competente, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário, para as eleições que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes, contados a partir da *data da decisão*, aplicando-se o disposto no inciso II do art. 71 da Constituição Federal, a todos os ordenadores de despesa, sem exclusão de mandatários que houverem agido nessa condição;

- Alínea *g* com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 26.8.2014, no RO nº 40137: a inelegibilidade prevista nesta alínea pode ser examinada a partir de decisão irrecorrível dos tribunais de contas que rejeitam as contas do prefeito que age como ordenador de despesas.
- Caracterização de irregularidade insanável que configura ato doloso de improbidade administrativa e atrai a inelegibilidade desta alínea: Ac.-TSE, de 3.9.2013, no REspe nº 49345 (imputação de débito ao administrador pelo TCU); Ac.-TSE, de 2.4.2013, no AgR-REspe nº 25454 (contratação de pessoal sem a realização de concurso público e não recolhimento ou repasse a menor de verbas previdenciárias); Ac.-TSE, de 21.2.2013, no AgR-REspe nº 8975 (falta de repasse integral de valores relativos ao ISS e ao IRPF); Ac.-TSE, de 14.2.2013, no AgR-REspe nº 45520 (violação ao art. 37, XIII, da CF/88); Ac.-TSE, de 5.2.2013, no AgR-REspe nº 44144 (não aplicação de percentual mínimo de receita resultante de impostos nas ações e nos serviços públicos de saúde); Ac.-TSE, de 22.10.2013, no REspe nº 19662; de 14.2.2013, no AgR-REspe nº 17652; e, de 17.12.2012, no REspe nº 32574 (descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal ou da Constituição Federal quanto à aplicação do piso fixado para o ensino); Ac.-TSE, de 18.12.2012, no Respe nº 9307 (pagamento a maior de subsídio a vereadores, em descumprimento ao art. 29, VI, da CF/88); Ac.-TSE, de 18.12.2012, no AgR-REspe nº 23722 (pagamento indevido de diárias); Ac.-TSE, de 23.10.2012, no AgR-REspe nº 5527 (descumprimento da Lei de Licitações); Ac.-TSE, de 9.10.2012, no REspe nº 11543 (violação ao art. 29-A, I, da CF/88).
- Ac.-TSE, de 25.11.2008, no REspe nº 30516; Ac.-STF, de 17.6.1992, no RE nº 132.747: compete ao Poder Legislativo o julgamento das contas do chefe do Executivo, atuando o Tribunal de Contas como órgão auxiliar, na esfera opinativa (CF/88, art. 71, I). Ac.-TSE, de 6.10.2008, no REspe nº 28944: na apreciação das contas do chefe do Executivo relativas a convênio, a competência dos tribunais de contas é de julgamento, e não opinativa (CF/88, art. 71, II). Ac.-TSE, de 6.2.2014, no REspe nº 10715; e de 30.9.1996, no REspe nº 13174: excetuado o chefe do Poder Executivo, as contas de gestão dos ocupantes de cargos e funções públicas são examinadas pelo Tribunal de Contas.

- Súm.-TSE nº 1/1992: proposta a ação para desconstituir a decisão que rejeitou as contas antes da impugnação, fica suspensa a inelegibilidade. Ac.-TSE, de 24.8.2006, no RO nº 912; de 13.9.2006, no RO nº 963; de 29.9.2006, no RO nº 965 e no REspe nº 26.942 e, de 16.11.2006, no RO nº 1.067, dentre outros: a mera propositura da ação anulatória, sem a obtenção de provimento liminar ou tutela antecipada, não suspende a inelegibilidade. Ac.-TSE, de 8.3.2007, no RO nº 1.239: "A revogação de tutela antecipada que suspendeu os efeitos de decisão de rejeição de contas, ocorrida após a realização do pleito, à proclamação dos eleitos e às vésperas da diplomação, não tem o condão de alterar a situação do candidato que concorreu na eleição já respaldado pela referida tutela". Ac.-TSE nºs 237/1998, 815/2004, 24.199/2004 e Ac.-TSE, de 31.10.2006, no RO nº 1.104: transitada em julgado a sentença, não acolhendo o pedido, volta a correr o prazo, persistindo a inelegibilidade pelo tempo que faltar.
- Ac.-TSE, de 6.2.2014, no REspe nº 20417; e, de 20.10.2011, no REspe nº 1108395: o recurso de revisão interposto perante o TCU e os embargos de declaração a ele relativos não afastam o caráter definitivo da decisão que rejeita as contas.
- Afasta a inelegibilidade desta alínea: Ac.-TSE, de 6.5.2014, no REspe nº 15705 (decisão judicial da Justiça Comum, posterior à interposição do REspe, mas anterior ao pleito, declarando a nulidade do decreto legislativo de rejeição de contas); e, Ac.-TSE, de 17.9.2013, no REspe nº 31003 (provimento de recurso de revisão no Tribunal de Contas e a consequente aprovação das contas). Não afasta a inelegibilidade prevista nesta alínea: Ac.-TSE, de 21.11.2012, no REspe nº 28160 (liminar concedida por tribunal de contas em sede de recurso de revisão).
- Ac.-TSE, de 14.6.2011, no RO nº 252356: "a interpretação teleológica direciona à conclusão de não se exigir que o pronunciamento do Tribunal de Contas tenha sido implementado em prestação de contas"; alcança, também, a glosa parcial.
- Ac.-TSE, de 25.4.2013, no ED-REspe nº 10378; e Ac.-TSE, de 16.12.2010, no AgR-RO nº 452298: irrelevância da natureza do procedimento utilizado pelo órgão competente para aferir irregularidades em convênio com a União; necessidade tão somente da confirmação da irregularidade insanável por decisão irrecurável do órgão competente que não tenha sido suspensa por decisão judicial.
- Ac.-TSE, de 17.11.2009, no REspe nº 36.637: "A ausência de intimação da decisão do TCE que rejeitou as contas do candidato configura cerceamento de defesa e justifica a propositura de pedido de reconsideração e obtenção de provimento liminar após o pedido de registro de candidatura".
- Ac.-TSE nºs 15.148/1997, 15.209/1998, 15.204/1998, 15.208/1999 e Ac.-TSE, de 1º.8.2006, no Ag nº 6.316: não incidência da cláusula de inelegibilidade na hipótese de rejeição de contas supervenientes ao registro de candidatura, pois o dispositivo aplica-se às eleições que vierem a se realizar, e não às já realizadas, ainda que se trate de reeleição.
- Ac.-TSE, de 10.12.2013, no REspe nº 182098, de 10.11.2009, no REspe nº 35791; e, de 26.11.2008, no REspe nº 33280: o decurso do prazo conferido à Câmara Municipal para apreciar o parecer do Tribunal de Contas não atrai a inelegibilidade cominada neste dispositivo.
- V. primeira nota ao art. 31, § 2º, da CF/88.

- V. art. 11, § 10 da Lei nº 9.504/1997.
- Lei nº 9.504/1997, art. 11, § 5º: disponibilização à Justiça Eleitoral, pelos tribunais e conselhos de contas, da relação dos que tiveram suas contas rejeitadas. Lei nº 8.443/1992, art. 91: envio ao Ministério Público Eleitoral, pelo TCU, dos nomes dos responsáveis cujas contas houverem sido julgadas irregulares nos cinco anos imediatamente anteriores à realização de cada eleição. Ac.-TSE, de 12.12.2008, no REspe nº 34.627; de 13.11.2008, no REspe nº 32.984; de 2.9.2008, no REspe nº 29.316 e Res.-TSE nº 21.563/2003: a mera inclusão do nome do administrador público na lista remetida à Justiça Eleitoral por tribunal ou conselho de contas não gera inelegibilidade, por se tratar de procedimento meramente informativo.
- Ac.-TSE, de 3.12.2013, no REspe nº 2546; Ac.-TSE, de 30.8.2012, no REspe nº 23383; e Ac.-TSE, de 8.2.2011, no AgR-RO nº 99574: impossibilidade de incidência da inelegibilidade prevista nesta alínea quando ausente ato doloso de improbidade administrativa ou intenção de causar dano ao Erário. Ac.-TSE, de 20.5.2014, nos ED-AgR-REspe nº 27272; e de 5.12.2013, no AgR-REspe nº 52980: a inelegibilidade desta alínea não incide quando demonstrada a regularidade da aplicação dos recursos e ausência de prejuízo ao Erário, a despeito da omissão do dever de prestar contas ou de sua apresentação extemporânea.
- Ac.-TSE, de 5.8.2014, no AgR-REspe nº 16813; e, de 28.6.2011, no REspe nº 42050: compete à Justiça Eleitoral a qualificação jurídica da irregularidade apontada pelo órgão competente no julgamento das contas e não a aferição da existência de vício.
- Ac.-TSE, de 12.12.2012, no AgR-REspe nº 10807: a ausência de disponibilização pública das contas da Câmara, sem a comprovação de dolo, má-fé ou prejuízo à administração pública, não configura ato doloso de improbidade administrativa.
- Ac.-TSE, de 24.5.2012, no AgR-RO nº 83942: prestação de contas extemporânea configura hipótese de crime de responsabilidade a ensejar o reconhecimento da inelegibilidade descrita nesta alínea.
- Ac.-TSE, de 2.4.2013, no AgR-REspe nº 32679: extrapolado o limite do art. 29-A da CF/88, por ser dado objetivo cuja verificação é matemática, resta caracterizada a irregularidade insanável que constitui ato doloso de improbidade administrativa, sendo inaplicáveis os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
- Ac.-TSE, de 7.2.2013, no AgR-REspe nº 16447: a obtenção de tutela antecipada para afastar os efeitos de decisões de rejeição de contas é suficiente para afastar a inelegibilidade desta alínea.
- Ac.-TSE, de 18.12.2012, no REspe nº 29474: inaplicabilidade do disposto no § 2º do art. 26-C da LC nº 64/1990 aos casos de rejeição de contas previstos nesta alínea, no processo de registro de candidatura.
- Ac.-TSE, de 21.3.2013, no REspe nº 5163: “O termo inicial do período de inelegibilidade - oito anos - coincide com a data da publicação da decisão mediante a qual rejeitadas as contas.”
- Ac.-TSE, de 8.8.2013, no REspe nº 41160: impossibilidade de conclusão pela inelegibilidade de candidato, se pendente recurso no Tribunal de Contas.
- Ac.-TSE, de 19.8.2014, no REspe nº 4366: o saneamento das irregularidades pelo TCE, em razão da quitação do débito, não tem o condão de assentar a boa-fé e a ausência de dolo.

h) os detentores de cargo na administração pública direta, indireta ou fundacional, que beneficiarem a si ou a terceiros, pelo abuso do poder econômico ou político, que forem condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, para a eleição na qual concorrem ou tenham sido diplomados, bem como para as que se realizarem nos 8 (oito) anos seguintes;

- Alínea *h* com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 14.12.2010, no ED-RO nº 60283: a incidência da inelegibilidade desta alínea independe do órgão prolator da condenação – se Justiça Comum apenas, ou Eleitoral.
- Ac.-TSE nºs 19.533/2002 e 23.347/2004: exigência de finalidade eleitoral para incidência da inelegibilidade prevista neste dispositivo. Ac.-TSE nº 13.138/1996: o abuso deve vincular-se a finalidades eleitorais, embora não a um concreto processo eleitoral em curso, o que corresponde à previsão da letra *d* deste inciso; para o cômputo do prazo de três anos, considera-se o lapso de tempo correspondente a um ano e não o ano civil, começando a fluir tão logo findo o mandato.
- Ac.-TSE, de 1º.10.2010, no AgR-RO nº 303704: imposição de multa por propaganda eleitoral antecipada, reconhecida em publicidade institucional, não implica inelegibilidade desta alínea.
- Ac.-TSE, de 24.6.2014, na Cta nº 13115: o termo inicial para contagem do prazo de inelegibilidade desta alínea é a data da eleição em que verificado o abuso.
- Ac.-TSE, de 19.3.2013, no AgR-REspe nº 21204: a inelegibilidade prevista nesta alínea não incide sem a ocorrência de condenação pela prática de abuso do poder econômico ou político em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado.

i) os que, em estabelecimento de crédito, financiamento ou seguro, que tenham sido ou estejam sendo objeto de processo de liquidação judicial ou extrajudicial, hajam exercido, nos 12 (doze) meses anteriores à respectiva decretação, cargo ou função de direção, administração ou representação, enquanto não forem exonerados de qualquer responsabilidade;

- Ac.-TSE nº 22.739/2004: este dispositivo não é inconstitucional ao condicionar a duração da inelegibilidade à exoneração de responsabilidade, sem fixação de prazo.

j) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, por corrupção eleitoral, por captação ilícita de sufrágio, por doação, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais que impliquem cassação do registro ou do diploma, pelo prazo de 8 (oito) anos a contar da eleição;

- Alínea *j* acrescida pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 14.11.2013, no AgR-AI nº 17773; de 20.6.2013, no REspe nº 9308; e de 9.10.2012, no REspe nº 7427: o termo inicial da inelegibilidade prevista nesta alínea deve ser contado da data da eleição, expirando no dia de igual número de início.

- Ac.-TSE, de 21.11.2013, na Cta nº 38063: cessada a inelegibilidade antes das eleições, cumpre observar o art. 11, § 10, da Lei nº 9.504/1997, quanto às alterações fáticas ou jurídicas supervenientes ao registro.
- Ac.-TSE, de 9.10.2012, no REspe nº 206: não incidência da inelegibilidade prevista nesta alínea se, em virtude da procedência de AIME, o mandato do vice-prefeito tiver sido cassado, por força da indivisibilidade da chapa, em ação proposta contra ambos.
- Ac.-TSE, de 25.10.2012, no AgR-REspe nº 16076: para configurar a inelegibilidade aqui prevista, é necessário decisão pela cassação do diploma ou do registro do candidato por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais, e não somente aplicação de multa.
- Ac.-TSE, de 21.11.2012, no REspe nº 11661: o comparecimento de candidato a inauguração de obra pública constitui conduta vedada aos agentes públicos apta a atrair a inelegibilidade desta alínea.

k) o Presidente da República, o Governador de Estado e do Distrito Federal, o Prefeito, os membros do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas, da Câmara Legislativa, das Câmaras Municipais, que renunciarem a seus mandatos desde o oferecimento de representação ou petição capaz de autorizar a abertura de processo por infringência a dispositivo da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou da Lei Orgânica do Município, para as eleições que se realizarem durante o período remanescente do mandato para o qual foram eleitos e nos 8 (oito) anos subsequentes ao término da legislatura;

- Alínea *k* acrescida pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 20.3.2013, no AgR-REspe nº 46017; e Ac.-TSE, de 1º.9.2010, no RO nº 64580: compete à Justiça Eleitoral tão somente verificar se houve a renúncia nos termos deste dispositivo legal.

l) os que forem condenados à suspensão dos direitos políticos, *em decisão transitada em julgado* ou proferida por órgão judicial colegiado, por *ato doloso de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito*, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 8 (oito) anos após o cumprimento da pena;

- Alínea *l* acrescida pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 8.9.2010, no Respe nº 420382: inoccorrência de inelegibilidade quando a suspensão dos direitos políticos for aplicada por juiz singular.
- Ac.-TSE, de 20.9.2012, no REspe nº 27558: “O ato doloso de improbidade administrativa pode implicar o enriquecimento ilícito tanto do próprio agente, mediante proveito pessoal, quanto de terceiros por ele beneficiados.”
- Ac.-TSE, de 2.5.2013, no AgR-REspe nº 20219: desnecessidade de trânsito em julgado de condenação para efeito do reconhecimento da inelegibilidade prevista nesta alínea, bastando que aquela tenha sido proferida em decisão colegiada.

- Ac.-TSE, de 10.12.2013, no REspe nº 27838; e Ac.-TSE, de 7.3.2013, no AgR-REspe nº 7154: para a configuração da inelegibilidade desta alínea é necessário que a condenação por ato doloso de improbidade administrativa implique, concomitantemente, lesão ao Erário e enriquecimento ilícito.
- Ac.-TSE, de 22.10.2014, no RO nº 140804 e, de 11.9.2014, no RO nº 38023: indefere-se o registro de candidatura se, a partir da análise das condenações, for possível constatar que a Justiça Comum reconheceu a presença cumulativa de prejuízo ao Erário e de enriquecimento ilícito decorrente de ato doloso de improbidade administrativa, ainda que não conste expressamente na parte dispositiva da decisão condenatória.
- Ac.-TSE, de 1º.10.2014, no RO nº 180908 e, de 6.12.2012, no AgR-REspe nº 6710: as condenações por ato doloso de improbidade administrativa fundadas apenas no art. 11 da Lei nº 8.429/1992 não são aptas à caracterização da causa de inelegibilidade prevista nesta alínea.

m) os que forem excluídos do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 8 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

n) os que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, em razão de terem desfeito ou simulado desfazer vínculo conjugal ou de união estável para evitar caracterização de inelegibilidade, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão que reconhecer a fraude;

- Ac.-TSE, de 21.8.2014, no REspe nº 39723: a incidência desse dispositivo pressupõe ação judicial que condene a parte por fraude.

o) os que forem demitidos do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 8 (oito) anos, contado da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

- Ac.-TSE, de 12.9.2014, no RO nº 29340: a inelegibilidade prevista nesta alínea somente é afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou da autoria.

p) a pessoa física e os dirigentes de pessoas jurídicas responsáveis por doações eleitorais tidas por ilegais por decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral, pelo prazo de 8 (oito) anos após a decisão, observando-se o procedimento previsto no art. 22;

- Ac.-TSE, de 16.9.2014, no RO nº 53430: as doações ilegais geradoras de inelegibilidade são as capazes de afetar a normalidade e legitimidade das eleições, configurando abuso do poder econômico ou político; Ac.-TSE, de 27.9.2012, no REspe nº 26120: inelegibilidade de dirigente de pessoa jurídica condenada por doação eleitoral tida por ilegal.
- Ac.-TSE, de 13.11.2012, no AgR-REspe nº 26124: o dolo é matéria estranha à configuração da inelegibilidade prevista nesta alínea.
- Ac.-TSE, de 7.5.2013, no AgR-REspe nº 40669: a inelegibilidade desta alínea não atinge a pessoa jurídica condenada, mas seus dirigentes, os quais não necessitam integrar a relação processual da representação.
- Ac.-TSE, de 19.2.2013, no REspe nº 42624: multas relativas às doações eleitorais, tidas como ilegais, atraem a inelegibilidade prevista nesta alínea independentemente do seu pagamento

- Ac.-TSE, de 22.5.2014, no REspe nº 22991: somente doações acima do limite legal com evidente excesso na utilização de recursos financeiros e contornos de abuso do poder econômico podem gerar a causa de inelegibilidade desta alínea; inelegibilidade suspensa por decisão liminar que suste os efeitos de decisão colegiada de condenação por doação acima do limite legal.
- Ac.-TSE, de 28.2.2013, no AgR-REspe nº 94681: para a incidência da causa de inelegibilidade prevista nesta alínea, é necessário que a representação por doação irregular de campanha tenha observado o procedimento previsto no art. 22 da LC nº 64/1990; as restrições previstas na LC nº 135/2010 incidem sobre todas as hipóteses nela contempladas, ainda que não tenha sido declarada a inelegibilidade nos próprios autos da representação.

q) os magistrados e os membros do Ministério Público que forem aposentados compulsoriamente por decisão sancionatória, que tenham perdido o cargo por sentença ou que tenham pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 8 (oito) anos;

- Alíneas *m* a *q* acrescidas pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

II - para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos e funções:

1 - os Ministros de Estado;

2 - os Chefes dos órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República;

3 - o Chefe do órgão de assessoramento de informações da Presidência da República;

4 - o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas;

5 - o Advogado-Geral da União e o Consultor-Geral da República;

6 - os Chefes do Estado-Maior da Marinha, do Exército e da Aeronáutica;

7 - os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica;

8 - os Magistrados;

9 - os Presidentes, Diretores e Superintendentes de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, e fundações públicas e as mantidas pelo Poder Público;

- Ac.-TSE, de 7.10.2008, no REspe nº 30.539 e Ac.-TSE, de 25.11.2010, no RO nº 442592: as entidades mantidas pelo poder público são aquelas cuja soma das verbas públicas totaliza mais da metade de suas receitas.

- Não incidência da inelegibilidade deste item: Ac.-TSE, de 7.10.2008, no REspe nº 30.539 (dirigente de entidade privada sem fins lucrativos que receba recursos públicos) e Ac.-TSE, de 25.11.2010, no RO nº 442592 (presidente de fundo social municipal).
- Res.-TSE nº 22.793/2008: "O professor de carreira em instituição federal de ensino que exerça o cargo de reitor e venha a se candidatar ao cargo de prefeito ou de vice-prefeito, deverá afastar-se definitivamente do cargo de reitor quatro meses antes do pleito, bem como licenciar-se das funções de magistério até três meses antes do pleito".

10 – os Governadores de Estado, do Distrito Federal e de Territórios;

11 – os Interventores Federais;

12 – os Secretários de Estado;

13 – os Prefeitos Municipais;

14 – os membros do Tribunal de Contas da União, dos Estados e do Distrito Federal;

15 – o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal;

16 – os Secretários-Gerais, os Secretários Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes;

b) os que tenham exercido, nos 6 (seis) meses anteriores à eleição, nos Estados, no Distrito Federal, Territórios e em qualquer dos Poderes da União, cargo ou função, de nomeação pelo Presidente da República, sujeito à aprovação prévia do Senado Federal;

c) (Vetado.)

d) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição tiverem competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades;

- Res.-TSE nºs 19.506/1996 e 22.627/2007: afastamento não remunerado dos servidores que se enquadrarem neste dispositivo. V., em sentido diverso, Res.-TSE nº 18.136/1992: remuneração assegurada apenas durante o trimestre imediatamente anterior ao pleito, à míngua de previsão legal de remuneração nos primeiros 3 meses de afastamento.

e) os que, até 6 (seis) meses antes da eleição tenham exercido cargo ou função de direção, administração ou representação nas empresas de que tratam os arts. 3º e 5º da Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962, quando, pelo âmbito e natureza de suas atividades, possam tais empresas influir na economia nacional;

- A lei citada foi revogada pelo art. 92 da Lei nº 8.884/1994, que foi revogado pelo art. 127 da Lei nº 12.529/2011.

f) os que, detendo o controle de empresas ou grupo de empresas que atuem no Brasil, nas condições monopolísticas previstas no parágrafo único do art. 5º da Lei citada na alínea anterior, não apresentarem à Justiça Eleitoral, até 6 (seis) meses antes do pleito, a prova de que fizeram cessar o abuso apurado, do poder econômico, ou de que transferiram, por força regular, o controle de referidas empresas ou grupo de empresas;

g) os que tenham, dentro dos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, ocupado cargo ou função de direção, administração ou representação em *entidades representativas de classe*, mantidas, total ou parcialmente, por contribuições impostas pelo poder público ou com recursos arrecadados e repassados pela Previdência Social;

- Res.-TSE nº 23.232/2010: desincompatibilização de dirigentes de serviços sociais e de formação profissional autônomos.
- Ac.-TSE, de 20.5.2014, na Cta nº 11187: a OAB enquadra-se no rol das entidades representativas de classe a que se refere esta alínea.

h) os que, até 6 (seis) meses depois de afastados das funções, tenham exercido cargo de Presidente, Diretor ou Superintendente de sociedades com objetivos exclusivos de operações financeiras e façam publicamente apelo à poupança e ao crédito, inclusive através de cooperativas e da empresa ou estabelecimentos que gozem, sob qualquer forma, de vantagens asseguradas pelo Poder Público, salvo se decorrentes de contratos que obedeçam a cláusulas uniformes;

i) os que, dentro de 6 (seis) meses anteriores ao pleito, hajam exercido cargo ou função de direção, administração ou representação em pessoa jurídica ou em empresa que mantenha contrato de execução de obras, de prestação de serviços ou de fornecimento de bens com órgão de Poder Público ou sob seu controle, salvo no caso de contrato que obedeça a *cláusulas uniformes*;

- Ac.-TSE, de 11.10.2012, no REspe nº 23763: contrato firmado com o poder público decorrente de pregão obedece, em geral, a cláusulas uniformes.

j) os que, membros do Ministério Público, não se tenham afastado das suas funções até 6 (seis) meses anteriores ao pleito;

l) os que, servidores públicos, estatutários ou não, dos órgãos ou entidades da administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios, inclusive das fundações mantidas pelo Poder Público, não se afastarem até 3 (três) meses anteriores ao pleito, garantido o direito à percepção dos seus vencimentos integrais;

- Lei nº 8.112/1990 (regime jurídico dos servidores públicos federais): "Art. 86. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral. § 1º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito. § 2º A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses".
- Res.-TSE nºs 19.506/1996 e 20.135/1998, e Ac.-TSE nºs 12.835/1996, 16.734/2000 e 22.286/2004: incidência do art. 1º, II, *d*, aos servidores públicos que tenham competência ou interesse no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.
- Inaplicabilidade desta alínea: Ac.-TSE, de 12.9.2014, no RO nº 54980 (ao juiz arbitral); Ac.-TSE, de 12.11.2008, no AgR-REspe nº 32377 (ao estudante estagiário).
- Ac.-TSE, de 3.9.2014, no RO nº 71414, de 8.5.2014, no AgR-REspe nº 9595, e, de 25.11.2010, no AgR-RO nº 161574: quando a data-limite de desincompatibilização ocorrer em dia não útil, o pedido de afastamento poderá ser realizado no primeiro dia útil subsequente.
- Ac.-TSE, de 25.11.2010, no Ag-RO nº 132527: comunicação feita à direção da unidade em que o servidor exerce suas funções pode ser suficiente como prova de desincompatibilização.
- V. nota ao art. 1º, II, *d*, desta lei complementar.
- Ac.-TSE, de 4.6.2013, no AgR-REspe nº 17587: o policial civil se equipara ao servidor público, para fins de desincompatibilização, devendo se afastar das funções no prazo de três meses da data das eleições, para disputar o cargo de vereador, excepcionados os ocupantes de funções de comando (LC nº 64/1990, art. 1º, IV, *c*).
- Ac.-TSE, de 23.9.2014, no REspe nº 72793 e, de 20.9.2004, no ARESPE nº 22708: "Pessoa contratada para atender necessidade temporária de excepcional interesse público deverá se afastar três meses antes do pleito".

III - para Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea a do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresas que operem no território do Estado ou do Distrito Federal, observados os mesmos prazos;

b) até 6 (seis) meses depois de afastados definitivamente de seus cargos ou funções:

1 - os Chefes dos Gabinetes Civil e Militar do Governador do Estado ou do Distrito Federal;

2 - os Comandantes do Distrito Naval, Região Militar e Zona Aérea;

3 - os Diretores de órgãos estaduais ou sociedades de assistência aos Municípios;

4 - os Secretários da administração municipal ou membros de órgãos congêneres;

IV - para Prefeito e Vice-Prefeito:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, observado o prazo de 4 (quatro) meses para a desincompatibilização;

- Ac.-TSE, de 25.4.2012, na Cta nº 4663: “Secretário municipal pode se candidatar ao cargo de prefeito em município diverso daquele onde atua sem necessidade de desincompatibilização, salvo hipótese de município desmembrado.”

b) os membros do Ministério Público e Defensoria Pública em exercício na Comarca, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito, sem prejuízo dos vencimentos integrais;

- Res.-TSE nº 22.141/2006: o direito à percepção dos vencimentos ou remuneração do defensor público estadual, candidato a vereador, deverá ser analisado à luz da LC nº 80/1994 e das leis orgânicas das defensorias públicas estaduais.
- Ac.-TSE, de 13.10.2011, na Cta nº 150889: prazo de filiação partidária para membros do Ministério Público Estadual submetidos à vedação constitucional de filiação partidária: 4 meses para prefeito e 6 meses para vereador.

c) as autoridades policiais, civis ou militares, com exercício no Município, nos 4 (quatro) meses anteriores ao pleito;

- Ac.-TSE, de 4.6.2013, no AgR-REspe nº 17587: o policial civil se equipara ao servidor público, para fins de desincompatibilização, devendo se afastar das funções no prazo de três meses da data das eleições, para disputar o cargo de vereador, excepcionados os ocupantes de funções de comando (LC nº 64/1990, art. 1º, IV, c).

V - para o Senado Federal:

a) os inelegíveis para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República especificados na alínea a do inciso II deste artigo e, no tocante às demais alíneas, quando se tratar de repartição pública, associação ou empresa que opere no território do Estado, observados os mesmos prazos;

b) em cada Estado e no Distrito Federal, os inelegíveis para os cargos de Governador e Vice-Governador, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

VI - para a Câmara dos Deputados, Assembléia Legislativa e Câmara Legislativa, no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal, nas mesmas condições estabelecidas, observados os mesmos prazos;

34

VII - para a Câmara Municipal:

a) no que lhes for aplicável, por identidade de situações, os inelegíveis para o Senado Federal e para a Câmara dos Deputados, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização;

- Ac.-TSE, de 13.10.2011, na Cta nº 150889: prazo de filiação partidária para membros do Ministério Público Estadual submetidos à vedação constitucional de filiação partidária: 4 meses para prefeito e 6 meses para vereador.

b) em cada Município, os inelegíveis para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, observado o prazo de 6 (seis) meses para a desincompatibilização.

§ 1º Para concorrência a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

- CF/88, art. 14, § 5º: possibilidade de reeleição para um único período subsequente.
- Res.-TSE nº 19.952/1997: reelegibilidade, para um único período subsequente, também do vice-presidente da República, dos vice-governadores e dos vice-prefeitos; inexigibilidade de desincompatibilização dos titulares para disputarem a reeleição, solução que se estende ao vice-presidente da República, aos vice-governadores e aos vice-prefeitos.

§ 2º O Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos, preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos últimos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, não tenham sucedido ou substituído o titular.

- V. segunda nota ao parágrafo anterior.

§ 3º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos 6 (seis) meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

- CF/88, art. 14, § 7º. CC/2002, arts. 1.591 a 1.595 (relações de parentesco), 1.723 a 1.727 (união estável e concubinato).
- Ac.-TSE nº 24.564/2004: "Os sujeitos de uma relação estável homossexual, à semelhança do que ocorre com os de relação estável, de concubinato e de casamento, submetem-se à regra de inelegibilidade prevista no art. 14, § 7º, da Constituição Federal".

- Ac.-TSE nºs 3.043/2001, 19.442/2001 e Ac.-STF, de 7.4.2003, no RE nº 344.882, dentre outros: elegibilidade de cônjuge e parentes do chefe do Executivo para o mesmo cargo do titular, quando este for reelegível e tiver se afastado definitivamente do cargo até seis meses antes da eleição. Res.-TSE nºs 15.120/1989 e 21.508/2003, e Ac.-TSE nº 193/1998, dentre outros: elegibilidade de cônjuge e parentes do chefe do Executivo para cargo diverso, desde que este se afaste definitivamente até seis meses antes da eleição. Res.-TSE nº 23.087/2009: possibilidade de cônjuges, não detentores de mandato eletivo, candidatarem-se aos cargos de prefeito e vice-prefeito, sem que tal situação configure a inelegibilidade do art. 14, § 7º, da CF/88, que diz respeito à hipótese em que um dos cônjuges ocupa cargo eletivo.
- Súv.-STF nº 18/2009: "A dissolução da sociedade ou do vínculo conjugal, no curso do mandato, não afasta a inelegibilidade prevista no § 7º do art. 14 da Constituição Federal".

§ 4º A inelegibilidade prevista na alínea e do inciso I deste artigo não se aplica aos crimes culposos e àqueles definidos em lei como de menor potencial ofensivo, nem aos crimes de ação penal privada.

- Parágrafo 4º acrescido pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

§5º A renúncia para atender à desincompatibilização com vistas a candidatura a cargo eletivo ou para assunção de mandato não gerará a inelegibilidade prevista na alínea k, a menos que a Justiça Eleitoral reconheça fraude ao disposto nesta Lei Complementar.

- Parágrafo 5º acrescido pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

Art.2º Compete à Justiça Eleitoral conhecer e decidir as arguições de inelegibilidade.

Parágrafo único. A arguição de inelegibilidade será feita perante:

I - o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Presidente ou Vice-Presidente da República;

II - os Tribunais Regionais Eleitorais, quando se tratar de candidato a Senador, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital;

III - os Juízes Eleitorais, quando se tratar de candidato a Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.

Art. 3º Caberá a qualquer candidato, a partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da publicação do pedido de registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.

- Ilegitimidade para impugnar registro de candidatura: Ac.-TSE, de 29.9.2008, no REspe nº 30.842; Ac.-TSE nºs 23.578/2004, 19.960/2002, 16.867/2000 e 345/1998 (partido político coligado isoladamente); Ac.-TSE nºs 23.556/2004, 549/2002, 20.267/2002, 14.807/1996 e 12.375/1992 (eleitor; possibilidade, contudo, de apresentação de notícia de inelegibilidade); Ac.-TSE, de 20.9.2006, no REspe nº 26.861 (diretório municipal em eleição federal e estadual); Ac.-TSE, de 13.10.2008, no REspe nº 31.162 (partido político ou coligação partidária em virtude de irregularidade em convenção de agremiação adversária).
- Ac.-TSE, de 17.12.2008, no REspe nº 34.532: a duplicidade de filiação partidária pode ser conhecida de ofício no curso do processo de registro de candidatura, não se impondo que seja aferida em processo próprio.
- Ac.-TSE, de 18.10.2012, no REspe nº 21978: legitimidade de terceiro juridicamente interessado, presente o disposto no art. 499 do CPC.
- Ac.-TSE, de 10.10.2013, no REspe nº 26418: “A impugnação ajuizada antes da publicação do edital alusivo ao registro é tempestiva, quando evidenciada a ciência prévia da candidatura pelo impugnante.”
- Ac.-TSE, de 15.5.2014, no REspe nº 48423: para o Ministério Público o prazo deste artigo inicia-se com a publicação do edital e não com sua intimação pessoal.

§ 1º A impugnação, por parte do candidato, partido político ou coligação, não impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido.

§ 2º Não poderá impugnar o registro de candidato o representante do Ministério Público que, nos 4 (quatro) anos anteriores, tenha disputado cargo eletivo, integrado Diretório de partido ou exercido atividade político-partidária.

§ 3º O impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de 6 (seis).

- Ac.-TSE, de 5.9.2013, no RMS nº 71926: inadmissibilidade de apresentação, em AIME, do rol de testemunhas em momento posterior à petição inicial.

Art. 4º A partir da data em que terminar o prazo para impugnação, passará a correr, após devida notificação, o prazo de 7 (sete) dias para que o candidato, partido político ou coligação possa contestá-la, juntar documentos, indicar rol de testemunhas e requerer a produção de outras provas, inclusive documentais, que se encontrarem em poder de terceiros, de repartições públicas ou em procedimentos judiciais, ou administrativos, salvo os processos em tramitação em segredo de Justiça.

Art. 5º Decorrido o prazo para contestação, se não se tratar apenas de matéria de direito e a prova protestada for relevante, serão designados os 4 (quatro) dias seguintes para inquirição das testemunhas do impugnante e do impugnado, as quais comparecerão por iniciativa das partes que as tiverem arrolado, com notificação judicial.

§ 1º As testemunhas do impugnante e do impugnado serão ouvidas em uma só assentada.

§ 2º Nos 5 (cinco) dias subseqüentes, o Juiz, ou o Relator, procederá a todas as diligências que determinar, de ofício ou a requerimento das partes.

§ 3º No prazo do parágrafo anterior, o Juiz, ou o Relator, poderá ouvir terceiros, referidos pelas partes, ou testemunhas, como conhecedores dos fatos e circunstâncias que possam influir na decisão da causa.

§ 4º Quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, o Juiz, ou o Relator, poderá ainda, no mesmo prazo, ordenar o respectivo depósito.

§ 5º Se o terceiro, sem justa causa, não exhibir o documento, ou não comparecer a Juízo, poderá o Juiz contra ele expedir mandado de prisão e instaurar processo por crime de desobediência.

Art. 6º Encerrado o prazo da dilação probatória, nos termos do artigo anterior, as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de 5 (cinco) dias.

- Ac.-TSE nº 22.785/2004: no processo de registro de candidatura, a abertura de prazo para alegações finais é opcional, a critério do juiz.
- Ac.-TSE, de 21.8.2007, no REspe nº 26.100: na ação de impugnação de mandato eletivo, a iniciativa para a apresentação de alegações finais é das partes e do Ministério Público, fluindo o prazo independentemente de intimação ou vista, cujo termo inicial está vinculado "[...] ou ao término da dilação probatória ou a uma decisão do juiz indeferindo-a por não ser relevante 'a prova protestada' ou requerida (art. 5º)".
- Ac.-TSE, de 26.9.2013, no REspe nº 41662; e Ac.-TSE, de 21.10.2004, no REspe nº 23578: impossibilidade de aproveitamento de impugnação a registro de candidato ajuizada por parte ilegítima como notícia de inelegibilidade.

Art. 7º Encerrado o prazo para alegações, os autos serão conclusos ao Juiz, ou ao Relator, no dia imediato, para sentença ou julgamento pelo Tribunal.

Parágrafo único. O Juiz, ou o Tribunal, formará sua convicção pela livre apreciação da prova, atendendo aos fatos e às circunstâncias constantes dos autos, *ainda que não alegados pelas partes*, mencionando, na decisão, os que motivaram seu convencimento.

- Ac.-STF, de 22.5.2014, na ADI nº 1082: constitucionalidade da expressão “ainda que não alegados pelas partes”.

Art. 8º Nos pedidos de registro de candidatos a eleições municipais, o Juiz Eleitoral apresentará a sentença em Cartório 3 (três) dias após a conclusão dos autos, passando a correr deste momento o prazo de 3 (três) dias para a interposição de recurso para o Tribunal Regional Eleitoral. **38**

- Súm.-TSE nº 10/1992: a contagem do prazo de recurso não se altera quando a sentença é entregue antes dos 3 (três) dias previstos.
- Súm.-TSE nº 3/1992: não tendo o juiz aberto prazo para o suprimento de defeito da instrução do pedido, pode o documento, cuja falta houver motivado o indeferimento, ser juntado com o recurso ordinário. Súm.-TSE nº 11/1992: ilegitimidade do partido que não impugnou o registro de candidato para recorrer da sentença que o deferiu, salvo se cuidar de matéria constitucional.

§ 1º A partir da data em que for protocolizada a petição de recurso, passará a correr o prazo de 3 (três) dias para a apresentação de contra-razões.

§ 2º Apresentadas as contra-razões, serão os autos imediatamente remetidos ao Tribunal Regional Eleitoral, inclusive por portador, se houver necessidade, decorrente da exigüidade de prazo, correndo as despesas do transporte por conta do recorrente, se tiver condições de pagá-las.

Art. 9º Se o Juiz Eleitoral não apresentar a sentença no prazo do artigo anterior, o prazo para recurso só começará a correr após a publicação da mesma por edital, em Cartório.

Parágrafo único. Ocorrendo a hipótese prevista neste artigo, o Corregedor Regional, de ofício, apurará o motivo do retardamento e proporá ao Tribunal Regional Eleitoral, se for o caso, a aplicação da penalidade cabível.

Art. 10. Recebidos os autos na Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral, estes serão autuados e apresentados no mesmo dia ao Presidente, que, também na mesma data, os distribuirá a um Relator e mandará abrir vistas ao Procurador Regional pelo prazo de 2 (dois) dias.

Parágrafo único. Findo o prazo, com ou sem parecer, os autos serão enviados ao Relator, que os apresentará em mesa para julgamento em 3 (três) dias, independentemente de publicação em pauta.

Art. 11. Na sessão do julgamento, que poderá se realizar em até 2 (duas) reuniões seguidas, feito o relatório, facultada a palavra às partes e ouvido o Procurador Regional, proferirá o Relator o seu voto e serão tomados os dos demais Juízes.

§ 1º Proclamado o resultado, o Tribunal se reunirá para lavratura do acórdão, no qual serão indicados o direito, os fatos e as circunstâncias com base nos fundamentos do Relator ou do voto vencedor.

§ 2º Terminada a sessão, far-se-á a leitura e a publicação do acórdão, passando a correr dessa data o prazo de 3 (três) dias, para a interposição de recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, em petição fundamentada.

- V. primeira nota ao art. 8º, *caput*, desta lei complementar.

- Ac.-TSE, de 6.11.2012, no AgR-RO 6075: o Ministério Público Eleitoral será pessoalmente intimado dos acórdãos, em sessão de julgamento, quando nela publicados.
- V. terceira nota ao inciso I do art. 276 do CE/65.

Art. 12. Havendo recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, a partir da data em que for protocolizada a petição passará a correr o prazo de 3 (três) dias para a apresentação de contra-razões, notificado por telegrama o recorrido.

Parágrafo único. Apresentadas as contra-razões, serão os autos imediatamente remetidos ao Tribunal Superior Eleitoral.

- Ac.-TSE nºs 12.074/1991, 12.693/1992, 13.007/1992, 12.265/1994, 2.447/2000 e 21.923/2004: recurso especial em processo de registro de candidato não está sujeito a juízo de admissibilidade pelo presidente do TRE.

Art. 13. Tratando-se de registro a ser julgado originariamente por Tribunal Regional Eleitoral, observado o disposto no art. 6º desta Lei Complementar, o pedido de registro, com ou sem impugnação, será julgado em 3 (três) dias, independentemente de publicação em pauta.

Parágrafo único. Proceder-se-á ao julgamento na forma estabelecida no art. 11 desta Lei Complementar e, havendo recurso para o Tribunal Superior Eleitoral, observar-se-á o disposto no artigo anterior.

Art. 14. No Tribunal Superior Eleitoral, os recursos sobre registro de candidatos serão processados e julgados na forma prevista nos arts. 10 e 11 desta Lei Complementar.

- RITSE, art. 36, §§ 6º e 7º, com redação dada pela Res.-TSE nº 20.595/2000: possibilidade de o relator negar seguimento a pedido ou recurso intempestivo, manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do TSE, do STF ou de Tribunal Superior; possibilidade, também, de prover, desde logo, o recurso se a decisão recorrida estiver na situação descrita por último. Em qualquer hipótese, da decisão cabe agravo regimental, conforme previsto no § 8º do mesmo artigo.

Art. 15. Transitada em julgado ou publicada a decisão proferida por órgão colegiado que declarar a inelegibilidade do candidato, ser-lhe-á negado registro, ou cancelado, se já tiver sido feito, ou declarado nulo o diploma, se já expedido.

- Art. 15, *caput*, com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 25.9.2012, no AgR-MS nº 88673: impossibilidade de cancelamento imediato da candidatura, com proibição de realização de atos de propaganda eleitoral, em virtude de decisão por órgão colegiado no processo de registro.

Parágrafo único. A decisão a que se refere o caput, independentemente da apresentação de recurso, deverá ser comunicada, de imediato, ao Ministério Público Eleitoral e ao órgão da Justiça Eleitoral competente para o registro de candidatura e expedição de diploma do réu.

- Parágrafo único acrescido pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 10.5.2007, na MC nº 2.181 e, de 2.8.2007, no REspe nº 28.116: "O art. 15 da Lei Complementar nº 64/1990, nos processos de registro de candidatura, aplica-se apenas às hipóteses em que se discute inelegibilidade".

Art. 16. Os prazos a que se referem os arts. 3º e seguintes desta Lei Complementar são peremptórios e contínuos e correm em Secretaria ou Cartório e, a partir da data do encerramento do prazo para registro de candidatos, não se suspendem aos sábados, domingos e feriados.

Art. 17. É facultado ao partido político ou coligação que requerer o registro de candidato considerado inelegível dar-lhe substituto, mesmo que a decisão passada em julgado tenha sido proferida após o termo final do prazo de registro, caso em que a respectiva Comissão Executiva do partido fará a escolha do candidato.

- CE/65, art. 101, § 5º, e Lei nº 9.504/1997, art. 13.

Art. 18. A declaração de inelegibilidade do candidato à Presidência da República, Governador de Estado e do Distrito Federal e Prefeito Municipal não atingirá o candidato a Vice-Presidente, Vice-Governador ou Vice-Prefeito, assim como a destes não atingirá aqueles.

- Ac.-TSE, de 26.10.2006, no REspe nº 25.586: "[...] o art. 18 da LC nº 64/1990 é aplicável aos casos em que o titular da chapa majoritária teve seu registro indeferido antes das eleições. Assim, o partido tem a faculdade de substituir o titular, sem qualquer prejuízo ao vice. Entretanto, a cassação do registro ou diploma do titular, após o pleito, atinge o seu vice, perdendo este, também, o seu diploma, porquanto maculada restou a chapa.

Isso com fundamento no princípio da indivisibilidade da chapa única majoritária [...]. Desse modo, [...] incabível a aplicação do art. 18 da LC nº 64/1990, pois, no caso dos autos, a candidata a prefeita teve seu registro indeferido posteriormente às eleições".

- Ac.-TSE, de 11.9.2014, no RO nº 90431: o candidato ao cargo de vice-governador que não incida em inelegibilidade e possua as condições de elegibilidade pode ter o seu registro deferido em chapa substituta, desde que completa.

Art. 19. As transgressões pertinentes a origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

- Lei nº 9.504/1997, art. 22, §§ 3º e 4º, acrescidos pelo art. 1º da Lei nº 11.300/2006: remessa de cópia do processo em que rejeitadas as contas de campanha ao Ministério Público Eleitoral para os fins do art. 22 desta lei complementar; art. 25: caracterização de abuso do poder econômico pelo descumprimento das normas referentes à arrecadação e aplicação de recursos nas campanhas eleitorais; art. 30-A: investigação judicial para apurar condutas relativas à arrecadação e gastos de recursos de campanha.

Parágrafo único. A apuração e a punição das transgressões mencionadas no caput deste artigo terão o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 20. O candidato, partido político ou coligação são parte legítima para denunciar os culpados e promover-lhes a responsabilidade; a nenhum servidor público, inclusive de autarquias, de entidade paraestatal e de sociedade de economia mista será lícito negar ou retardar ato de ofício tendente a esse fim, sob pena de crime funcional.

Art. 21. As transgressões a que se refere o art. 19 desta Lei Complementar serão apuradas mediante procedimento sumaríssimo de investigação judicial, realizada pelo Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais, nos termos das Leis nºs 1.579, de 18 de março de 1952; 4.410, de 24 de setembro de 1964, com as modificações desta Lei Complementar.

Art. 22. Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito:

- Ac.-TSE, de 19.8.2010, no AgR-REspe nº 36020: declaração de inelegibilidade e cassação do registro de candidatura refogem à competência da Justiça Comum.
- Ac.-TSE, de 1º.2.2011, no AgR-REspe nº 28.315: a adoção do rito deste artigo para a representação prevista no art. 30-A da Lei nº 9.504/1997 não implica o deslocamento da competência para o corregedor.
- V. nota ao *caput* do art. 19 desta lei complementar. Lei nº 9.504/1997, art. 74: abuso de autoridade.
- Ac.-TSE, de 18.8.2011, no AgR-REspe nº 34693: a intimação para o vice-prefeito integrar a lide na fase recursal não afasta o defeito de citação, que deve ocorrer no prazo assinado para formalização da investigação eleitoral.
- Ac.-TSE, de 1º.8.2014, no AgR-REspe nº 28947; e, de 17.5.2011, no AgR-AI nº 254928: há litisconsórcio passivo necessário entre o titular e o vice nas ações eleitorais em que se cogita a cassação de registro, diploma ou mandato.
- Ac.-TSE, de 2.8.2011, no REspe nº 433079: "a concessão de uma única entrevista não caracteriza uso indevido dos meios de comunicação social".

- Ac.-TSE, de 2.3.2011, no AgR-AI 130734 e Ac.-TSE, de 19.8.2010, no AI nº 11.834: inexistência de formação de litisconsórcio passivo necessário entre o beneficiado e os que contribuíram para a realização da conduta abusiva.
- Legitimidade ativa: Ac.-TSE, de 29.6.2006, no REspe nº 26.012 (partido político que não tenha participado das eleições, não indicando candidatos); Ac.-TSE, de 25.11.2008, no RO nº 1.537: (candidato que "[...] pertença à circunscrição do réu, tenha sido registrado para o pleito e os fatos motivadores da pretensão se relacionem à mesma eleição, sendo desnecessária a repercussão direta na esfera política do autor"). Ilegitimidade ativa: Ac.-TSE nºs 25.015/2005 e 24.982/2005 (partido coligado atuando isoladamente); Ac.-TSE nºs 25.002/2005 e 5.485/2005 (nulidade da investigação judicial suscitada sem aprovação de todos os partidos coligados); Ac.-TSE, de 21.9.2006, na Rp nº 963 e, de 30.11.2006, na Rp nº 1.251 (eleitor).
- Ac.-TSE nºs 717/2003, 782/2004 e 373/2005: ilegitimidade de pessoa jurídica para figurar no polo passivo da investigação judicial eleitoral.
- Ac.-TSE, de 8.8.2006, no Ag nº 6.821: possibilidade de propositura de ação de investigação judicial eleitoral fundada em abuso do poder político após a data do pleito, não incidindo, na espécie, o entendimento consubstanciado em questão de ordem no REspe nº 25.935/2006. Ac.-TSE, de 19.8.2010, no AgR-REspe nº 35.721 e Ac.-TSE, de 25.3.2008, no REspe nº 28.469: a AIJE proposta com base no art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 pode ser ajuizada até a data da diplomação. V., ainda, arts. 41-A, § 3º, e 73, § 12, da Lei nº 9.504/1997, acrescidos pela Lei nº 12.034/2009: as representações fundadas em captação de sufrágio e condutas vedadas a agentes públicos em campanha eleitoral podem ser ajuizadas até a data da diplomação. Ac.-TSE, de 17.4.2008, no RO nº 1.530: possibilidade de propositura de ação de investigação judicial eleitoral antes de iniciado o período eleitoral.
- Ac.-TSE, de 6.3.2008, no MS nº 3.706: "A condenação pela prática de abuso não está condicionada à limitação temporal das condutas vedadas descritas no art. 73 da Lei nº 9.504/1997".
- V. segunda nota ao inciso XIV deste artigo.
- V. quarta nota ao art. 1º, I, *d*, desta lei.
- Ac.-TSE, de 31.3.2011, no AgR-REspe nº 25386: decisão interlocutória proferida nas ações que seguem o rito deste artigo é irrecurável, devendo o seu conteúdo ser impugnado no recurso da sentença definitiva de mérito.
- Ac.-TSE, de 13.10.2011, no AgR-REspe nº 3776232: legitimidade ativa da coligação, mesmo após a realização das eleições.
- Ac.-TSE, de 2.5.2012, no REspe nº 114: dispensabilidade de prova pré-constituída, desde que indicadas na inicial, e desnecessidade de trânsito em julgado da AIJE para que as provas nela produzidas sejam utilizadas em RCED.
- Ac.-TSE, de 27.5.2014, no REspe nº 46822: o abuso do poder político caracteriza-se pelo comprometimento da igualdade da disputa e da legitimidade do pleito; não caracteriza uso indevido dos meios de comunicação os veículos impressos assumirem posição favorável a determinada candidatura.
- Ac.-TSE, de 7.8.2014, no AgR-REspe nº 61742: não há nulidade do processo pela ausência de citação do vice, quando a AIJE tiver aplicado apenas sanção pecuniária ao titular.

I - o Corregedor, que terá as mesmas atribuições do Relator em processos judiciais, ao despachar a inicial, adotará as seguintes providências:

- Res.-TSE nº 20.960/2001: possibilidade de convocação ou designação de juízes de direito pelo corregedor para realização de atos relativos à instrução processual. Res.-TSE nº 22.694/2008: inexistência de previsão legal específica quanto à forma de remuneração.

a) ordenará que se notifique o representado do conteúdo da petição, entregando-se-lhe a segunda via apresentada pelo representante com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, ofereça ampla defesa, juntada de documentos e rol de testemunhas, se cabível;

b) determinará que se suspenda o ato que deu motivo à representação, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficiência da medida, caso seja julgada procedente;

c) indeferirá desde logo a inicial, quando não for caso de representação ou lhe faltar algum requisito desta Lei Complementar;

II - no caso do Corregedor indeferir a reclamação ou representação, ou retardar-lhe a solução, poderá o interessado renová-la perante o Tribunal, que resolverá dentro de 24 (vinte e quatro) horas;

- Res.-TSE nº 22.022/2005: inaplicabilidade deste inciso quando se tratar de eleições municipais, cabendo recurso no caso de indeferimento da petição inicial ou, no caso de demora, a invocação do inciso III deste artigo, perante o TRE.
- Ac.-TSE, de 1º.6.2006, no RO nº 714: a renovação da representação, na hipótese de anterior indeferimento, requer a apresentação de fatos, indícios, circunstâncias e fundamentos novos em relação aos que já foram apresentados e analisados pela corregedoria regional, excetuando-se essa regra quando o corregedor retardar a solução da investigação judicial.

III - o interessado, quando for atendido ou ocorrer demora, poderá levar o fato ao conhecimento do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;

- Depreende-se do contexto que o vocábulo "não" foi omitido por engano da expressão "quando for atendido".
- V. notas ao inciso anterior.

IV - feita a notificação, a Secretaria do Tribunal juntará aos autos cópia autêntica do ofício endereçado ao representado, bem como a prova da entrega ou da sua recusa em aceitá-la ou dar recibo;

- Ac.-TSE, de 26.5.2011, no RESpe nº 272506: irrelevância de o requerimento objetivando a diligência ter sido veiculado fora dos três dias previstos neste inciso, presente a possibilidade de o próprio Estado julgador implementar a providência.

V - findo o prazo da notificação, com ou sem defesa, abrir-se-á prazo de 5 (cinco) dias para inquirição, em uma só assentada, de testemunhas arroladas pelo representante e pelo representado, até o máximo de 6 (seis) para cada um, as quais comparecerão independentemente de intimação;

- Ac.-TSE, de 9.9.2014, no AgR-REspe nº 80025; e, de 6.12.2005, no AAG nº 6241: impossibilidade de julgamento antecipado da lide na representação por abuso de poder ou captação ilícita de sufrágio, na hipótese de necessária dilação probatória, com oitiva de testemunhas.
- Ac.-TSE, de 4.5.2010, no REspe nº 36.151: extrapolação do número de testemunhas em virtude da diversidade de fatos suscitados num mesmo processo.
- Ac.-TSE, de 18.5.2006, no REspe nº 26.148: "[...] a apresentação do rol de testemunhas deve ocorrer no momento da inicial ajuizada pelo representante e da defesa protocolada pelo representado".
- Ac.-TSE, de 4.6.2009, no HC nº 131: inexistência de previsão legal quanto à obrigatoriedade de depoimento pessoal de prefeito e vice-prefeito que figuram no polo passivo de ação de investigação judicial eleitoral.

VI - nos 3 (três) dias subseqüentes, o Corregedor procederá a todas as diligências que determinar, ex officio ou a requerimento das partes;

VII - no prazo da alínea anterior, o Corregedor poderá ouvir terceiros, referidos pelas partes, ou testemunhas, como conhecedores dos fatos e circunstâncias que possam influir na decisão do feito;

VIII - quando qualquer documento necessário à formação da prova se achar em poder de terceiro, inclusive estabelecimento de crédito, oficial ou privado, o Corregedor poderá, ainda, no mesmo prazo, ordenar o respectivo depósito ou requisitar cópias;

IX - se o terceiro, sem justa causa, não exhibir o documento, ou não comparecer a Juízo, o Juiz poderá expedir contra ele mandado de prisão e instaurar processo por crime de desobediência;

X - encerrado o prazo da dilação probatória, as partes, inclusive o Ministério Público, poderão apresentar alegações no prazo comum de 2 (dois) dias;

- Ac.-TSE, de 16.5.2006, no RO nº 749: o prazo comum para alegações finais previsto neste dispositivo não caracteriza cerceamento de defesa.

XI - terminado o prazo para alegações, os autos serão conclusos ao Corregedor, no dia imediato, para apresentação de relatório conclusivo sobre o que houver sido apurado;

XII - o relatório do Corregedor, que será assentado em 3 (três) dias, e os autos da representação serão encaminhados ao Tribunal competente, no dia imediato, com pedido de inclusão incontinenti do feito em pauta, para julgamento na primeira sessão subsequente;

- Ac.-TSE nº 404/2002: impossibilidade de o corregedor julgar monocraticamente a representação, não se aplicando à hipótese os §§ 6º e 7º do art. 36 do RITSE. Ac.-TSE nº 4.029/2003: impossibilidade de o juiz auxiliar julgar monocraticamente a representação fundada no art. 41-A da Lei nº 9.504/1997 nas eleições estaduais e federais, em razão da adoção do procedimento do art. 22 deste artigo.
- V. terceira nota ao inciso V deste artigo.

XIII - no Tribunal, o Procurador-Geral ou Regional Eleitoral terá vista dos autos por 48 (quarenta e oito) horas, para se pronunciar sobre as imputações e conclusões do relatório;

- Ac.-TSE, de 15.5.2007, no REspe nº 25.934: "No juízo eleitoral de primeiro grau, o representante do Ministério Público tem o prazo de 48 horas para emitir seu parecer nas representações processadas mediante as regras da Lei Complementar nº 64/1990. Interpretação dos arts. 22, XIII e 24 da citada lei complementar".

XIV - julgada procedente a representação, ainda que após a proclamação dos eleitos, o Tribunal declarará a inelegibilidade do representado e de quantos hajam contribuído para a prática do ato, cominando-lhes sanção de inelegibilidade para as eleições a se realizarem nos 8 (oito) anos subsequentes à eleição em que se verificou, além da cassação do registro ou diploma do candidato diretamente beneficiado pela interferência do poder econômico ou pelo desvio ou abuso do poder de autoridade ou dos meios de comunicação, determinando a remessa dos autos ao Ministério Público Eleitoral, para instauração de processo disciplinar, se for o caso, e de ação penal, ordenando quaisquer outras providências que a espécie comportar;

- Inciso XIV com redação dada pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 23.6.2009, no RO nº 1.413: "Para a incidência da inelegibilidade, por abuso de poder político [...] é necessário que o candidato tenha praticado o ato na condição de detentor de cargo na administração pública".
- Ac.-TSE, de 12.2.2009, no RO nº 1.362: possibilidade de "[...] imposição da pena de cassação de registro e de inelegibilidade, mesmo após o dia da votação, mas antes da diplomação do candidato eleito. Interpretação que visa a excluir um vácuo jurisdicional (do dia da votação até a diplomação dos eleitos) durante o qual não existiria qualquer provimento jurisdicional efetivo, capaz de gerar a cassação de registro, hábil a afastar do processo eleitoral e a impedir que venha a ser diplomado o candidato que abusou do seu poder econômico ou político".
- Ac.-TSE, de 2.5.2012, no REspe nº 1301583: inaplicabilidade da sanção de inelegibilidade no recurso contra expedição de diploma.

- Ac.-TSE, de 18.9.2014, no AgR-AI nº 31540; de 7.8.2012, no RO nº 11169; e, de 17.2.2011, no AgR-REspe nº 3888128: na apuração de abuso de poder não se indaga se houve responsabilidade, participação ou anuência do candidato, mas se o fato o beneficiou.

XV - (Inciso revogado pelo art. 4º da LC nº 135/2010.);

XVI - para a configuração do ato abusivo, não será considerada a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.

- Inciso XVI acrescido pelo art. 2º da LC nº 135/2010.
- Ac.-TSE, de 13.8.2013, no REspe nº 13068: a partir do acréscimo deste inciso, não cabe mais considerar a potencialidade de o fato alterar o resultado da eleição, mas apenas a gravidade das circunstâncias que o caracterizam.

Art. 23. O Tribunal formará sua convicção pela livre apreciação dos fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções e prova produzida, atentando para circunstâncias ou fatos, ainda que não indicados ou alegados pelas partes, mas que preservem o interesse público de lisura eleitoral.

- Ac.-TSE, de 27.3.2014, no AgR-REspe nº 51551; Ac.-TSE, de 27.3.2014, no REspe nº 57790; e Ac.-TSE, de 16.8.2012, no REspe nº 34426: a gravação ambiental somente é viável mediante autorização judicial e quando utilizada como prova em investigação criminal ou processo penal.
- Ac.-STF, de 22.5.2014, na ADI nº 1082: constitucionalidade das expressões “fatos públicos e notórios, dos indícios e presunções [...], ainda que não indicados ou alegados pelas partes [...]”

Art. 24. Nas eleições municipais, o Juiz Eleitoral será competente para conhecer e processar a representação prevista nesta Lei Complementar, exercendo todas as funções atribuídas ao Corregedor-Geral ou Regional, constantes dos incisos I a XV do art. 22 desta Lei Complementar, cabendo ao representante do Ministério Público Eleitoral em função da Zona Eleitoral as atribuições deferidas ao Procurador-Geral e Regional Eleitoral, observadas as normas do procedimento previstas nesta Lei Complementar.

Art. 25. Constitui crime eleitoral a arguição de inelegibilidade, ou a impugnação de registro de candidato feito por interferência do poder econômico, desvio ou abuso do poder de autoridade, deduzida de forma temerária ou de manifesta má-fé:

Pena - detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa de 20 (vinte) a 50 (cinquenta) vezes o valor do Bônus do Tesouro Nacional - BTN e, no caso de sua extinção, de título público que o substitua.

- O BTN foi extinto pelo art. 3º da Lei nº 8.177/1991.
- Ac.-TSE, de 10.10.2006, no RHC nº 97: impossibilidade de imediato trancamento de investigação criminal contra candidato a prefeito, a coligação a que pertence e os advogados que a representam judicialmente na hipótese de indícios de manifesta má-fé na proposição de ação de investigação judicial eleitoral contra adversário político.

Art. 26. Os prazos de desincompatibilização previstos nesta Lei Complementar que já estiverem ultrapassados na data de sua vigência considerar-se-ão atendidos desde que a desincompatibilização ocorra até 2 (dois) dias após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 26-A. Afastada pelo órgão competente a inelegibilidade prevista nesta Lei Complementar, aplicar-se-á, quanto ao registro de candidatura, o disposto na lei que estabelece normas para as eleições.

- Art. 26-A acrescido pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

Art. 26-B. O Ministério Público e a Justiça Eleitoral darão prioridade, sobre quaisquer outros, aos processos de desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade até que sejam julgados, ressalvados os de habeas corpus e mandado de segurança.

§ 1º É defeso às autoridades mencionadas neste artigo deixar de cumprir qualquer prazo previsto nesta Lei Complementar sob alegação de acúmulo de serviço no exercício das funções regulares.

§ 2º Além das polícias judiciárias, os órgãos da receita federal, estadual e municipal, os tribunais e órgãos de contas, o Banco Central do Brasil e o Conselho de Controle de Atividade Financeira auxiliarão a Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral na apuração dos delitos eleitorais, com prioridade sobre as suas atribuições regulares.

§ 3º O Conselho Nacional de Justiça, o Conselho Nacional do Ministério Público e as Corregedorias Eleitorais manterão acompanhamento dos relatórios mensais de atividades fornecidos pelas unidades da Justiça Eleitoral a fim de verificar eventuais descumprimentos injustificados de prazos, promovendo, quando for o caso, a devida responsabilização.

- Art. 26-B e §§ 1º a 3º acrescidos pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

Art. 26-C. O órgão colegiado do tribunal ao qual couber a apreciação do recurso contra as decisões colegiadas a que se referem as alíneas d, e, h, j, l e n do inciso I do art. 1º poderá, em caráter cautelar, suspender a inelegibilidade sempre que existir plausibilidade da pretensão recursal e desde que a providência tenha sido expressamente requerida, sob pena de preclusão, por ocasião da interposição do recurso.

- Art. 3º da LC nº 135/2010: "Os recursos interpostos antes da vigência desta lei complementar poderão ser aditados para o fim a que se refere o *caput* do art. 26-C da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, introduzido por esta Lei Complementar."
- Ac-TSE, de 23.9.2014, no RO 119158; de 13.12.2012, no REspe nº 52771; de 30.10.2012, no AgR-REspe nº 68767 e, de 22.6.2010, na QO-AC nº 142085: o disposto neste artigo "[...] não afasta o poder geral de cautela conferido ao juiz pelo art. 798 do CPC, nem transfere ao Plenário a competência para examinar, inicialmente, pedido de concessão de medida liminar, ainda que a questão envolva inelegibilidade."

§ 1º Conferido efeito suspensivo, o julgamento do recurso terá prioridade sobre todos os demais, à exceção dos de mandado de segurança e de habeas corpus.

§ 2º Mantida a condenação de que derivou a inelegibilidade ou revogada a suspensão liminar mencionada no caput, serão desconstituídos o registro ou o diploma eventualmente concedidos ao recorrente.

- Ac.-TSE, de 23.9.2014, no REspe nº 38375: os fatos supervenientes que atraíam ou restabeçam a inelegibilidade, se verificados durante o curso do requerimento de registro de candidatura perante as instâncias extraordinárias ou após o seu trânsito em julgado, somente poderão ser arguidos em Recurso contra a Expedição de Diploma, na forma da redação original do art. 262 do Código Eleitoral: Art. 262. O recurso contra expedição de diploma caberá somente nos seguintes casos: I - inelegibilidade ou incompatibilidade de candidato; II - errônea interpretação da lei quanto à aplicação do sistema de representação proporcional; III - erro de direito ou de fato na apuração final, quanto à determinação do quociente eleitoral ou partidário, contagem de votos e classificação de candidato, ou a sua contemplação sob determinada legenda; IV - (Inconstitucionalidade deste inciso assentada pelo Ac.-TSE, de 17.9.2013, no RCED nº 884.)

§ 3º A prática de atos manifestamente protelatórios por parte da defesa, ao longo da tramitação do recurso, acarretará a revogação do efeito suspensivo.

- Art. 26-C e §§ 1º a 3º acrescidos pelo art. 2º da LC nº 135/2010.

Art. 27. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se a Lei Complementar nº 5, de 29 de abril de 1970 e as demais disposições em contrário.

Brasília, em 18 de maio de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

Fernando Collor

Publicada no DOU de 21.5.1990.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 21.5.1990

Fonte:

www.tse.jus.br

www.tre-pi.jus.br

www.tre-mt.jus.br

www.tre-sp.jus.br

www.tre-sc.jus.br